

# *Rios da Lusitânia Meridional como meios de difusão de importações cerâmicas*

Los ríos de Lusitania Meridional  
como medios de difusión de las importaciones cerámicas

The Southern Lusitanian rivers  
as channels for the distribution of imported ceramics

CARLOS FABIÃO

Universidade de Lisboa - UNIARQ  
cfabiao@campus.ul.pt / ORCID: 0000-0001-6588-3930

CATARINA VIEGAS

Universidade de Lisboa - UNIARQ  
c.viegas@letras.ulisboa.pt / ORCID: 0000-0001-5434-2485

RUI ROBERTO DE ALMEIDA

Museu Municipal de Loulé  
Universidade de Lisboa - UNIARQ  
rui.dealmeida@gmail.com / ORCID: 0000-0003-1092-3928

INÊS VAZ PINTO

Troia Resort  
Universidade de Coimbra - CEAACP  
invpinto@gmail.com / ORCID: 0000-0001-7169-3295

**Resumo:** Apresentam-se alguns exemplos de como os rios da Lusitânia Meridional constituíram meios de difusão de cerâmicas importadas. Os principais rios da Lusitânia Meridional têm centros urbanos na foz e nos fundos de estuário, que constituíam lugares de recepção e redistribuição de cerâmicas importadas, em estreita relação. Apresentam-se alguns exemplos: *Anas* (Guadiana), com a interação de *Baesuris* (Castro Marim) e *Myrtilis* (Mértola); *Callipus* (Sado), com a interação *Caetobriga* / Tróia e *Salacia* (Alcácer do Sal); *Tagus* (Tejo), com a interação *Olisipo* (Lisboa) e *Scallabis* (Santarém). Mesmo em outros rios de menor expressão essa difusão para o interior é notória, como nos casos dos rios Arade ou Mira. Estes grandes rios geraram verdadeiras economias de estuário, com múltiplos pontos de povoamento interativos. A recepção e difusão das cerâmicas pode perceber-se pela presença das cerâmicas nos portos e nos aglomerados de interior, alcançáveis por rios navegáveis. Estes lugares foram, por seu turno, centros redistribuidores para mais vastos territórios interiores.

**Palavras-Chave:** Redistribuição; Cerâmicas importadas; Ânforas; Guadiana-Arade; Sado; Mira; Tejo.

**Resumen:** Se presentan algunos ejemplos de cómo los ríos del sur de Lusitania fueron medios de difusión de la cerámica importada. Los principales ríos de Lusitania meridional cuentan con núcleos urbanos en sus desembocaduras y fondos de estuario, que fueron lugares de recepción y redistribución de cerámica importada, en estrecha relación. Se presentan algunos ejemplos: *Anas* (Guadiana), con la interacción de *Baesuris* (Castro Marim) y *Myrtilis* (Mértola); *Callipus* (Sado), con la interacción *Caetobriga* / Tróia y *Salacia* (Alcácer do Sal); *Tagus* (Tejo), con la interacción *Olisipo* (Lisboa) y *Scallabis* (Santarém). Incluso en otros ríos de menor expresión, esta difusión hacia el interior es notoria, como en los casos de los ríos Arade o Mira. Estos grandes ríos generaron verdaderas economías de estuario, con múltiples puntos de asentamiento interactivos. La recepción y difusión de la cerámica se manifiesta en la presencia de cerámica en los puertos y asentamientos del interior a los que llegaban los ríos navegables. Estos lugares eran, a su vez, centros de redistribución para territorios interiores más amplios.

**Palabras Clave:** Cerâmicas importadas; Ânforas; Guadiana-Arade; Sado; Mira; Tajo.

**Summary:** Some examples are presented of how the rivers of Southern Lusitania were means of distribution of imported ceramics. The main rivers of Southern Lusitania have urban centres at their mouths and estuary bottoms, which were places of reception and redistribution of imported ceramics, in close relationship. Some examples are presented: *Anas* (Guadiana), with the interaction of *Baesuris* (Castro Marim) and *Myrtilis* (Mértola); *Callipus* (Sado), with the interaction *Caetobriga*/Tróia and *Salacia* (Alcácer do Sal); *Tagus* (Tejo), with the interaction *Olisipo* (Lisbon) and *Scallabis* (Santarém). Even in smaller rivers, this diffusion towards the interior is notorious, as in the cases of the Arade or Mira rivers. These large rivers generated estuary economies, with multiple interactive settlement points. The reception and diffusion of ceramics can be seen in its presence in harbours and inland settlements reached by navigable rivers. These places were, in turn, redistribution centres for wider inland territories.

**Key words:** Redistribution; Imported ceramics; Amphoras; Guadiana-Arade; Sado; Mira; Tajo.

## 1. INTRODUÇÃO

“O Tejo tem de embocadura uma extensão de vinte estádios e uma grande profundidade, de modo que pode ser subido por cargueiros com capacidade para dez mil ânforas. Quando as marés têm lugar, forma dois estuários nas planícies que se situam para o interior, de modo que se estende como um mar por cento e cinquenta estádios e torna a planície navegável; no estuário superior circunda uma pequena ilha de cerca de trinta estádios de comprimento, e de largura um pouco aquém do comprimento, fecunda e com belas vinhas. A ilha fica diante de Móron\*, cidade bem situada numa elevação perto do rio, a uns quinhentos estádios do mar, e também com uma terra fértil em redor e com as navegações fáceis até uma distância considerável, inclusive para grandes embarcações, embora o resto do percurso, apenas para barcos de rio (e acima de Móron\*, <o Tejo> é navegável por uma distância ainda maior)”

(Estrabão, Geog. III, 3, 1)

A percepção da importância dos rios como vias de comunicação e como “factores de civilização” é omnipresente na literatura antiga, nomeadamente no Livro III da *Geografia* de Estrabão dedicado à Península Ibérica. O registo arqueológico confirma plenamente esta realidade, sendo as cerâmicas (finas ou de transporte de alimentos) uma das provas conservadas do processo de disseminação de gentes, produtos, hábitos e formas de consumo.

O território que aqui tratamos, o Sudoeste da Península Ibérica, somente uma parte da antiga província da Lusitânia, é suficientemente diversificado no que às estratégias de utilização das vias fluviais respeita. Contrariamente ao território a Norte do Tejo, onde os rios fluem genericamente de Este para Oeste, paralelos entre si, como o Geógrafo grego assinalou (III, 3,4), esta região é bem diversa. O Guadiana corre de Norte para Sul no seu tramo inferior, o que aqui nos interessa, com um estrangulamento a montante de Mértola (*Myrtilis*), que inviabiliza a continuidade da navegação e confere a esta antiga cidade uma extraordinária relevância ao longo do tempo. Mas a jusante, no Pomarão, lugar de confluência do rio Chança, abre-se a possibilidade de uma outra área de difusão, ainda em parte desconhecida, orientada a Nordeste.

A costa algarvia com a sua dinâmica geomorfológica complexa foi formando ilhas barreira ao longo do tempo e modificando por assoreamento a geografia das comunicações entre litoral e interior. Basta recordar as duas bocas do Guadiana a que alude Estrabão (III, 1,9) e as transformações históricas que fizeram desaparecer o porto de S. António de Arenilha, provavelmente associado ao antigo povoamento da foz do Guadiana, substituído no séc. XVIII por Vila Real de Santo António (Ribeiro 1977).

O Algarve apresenta historicamente a maior densidade de portos do território do Sudoeste peninsular (Ribeiro 1977: 108-110), com diversos cursos de água, fluindo genericamente de Norte para Sul, como o Séqua

(Tavira) ou o Arade (Portimão), para mencionar somente os mais relevantes, não faltando, contudo, outros cursos de menor expressão que assumiram também alguma relevância na rede de comunicações com o interior e onde se documenta a presença de portos, ainda activos em época medieval, mas hoje totalmente assoreados, como Farroilhas ou Ludo (Ribeiro 1977: 84).

Dobrado o Cabo de S. Vicente, as ribeiras de Aljezur e Odeceixe poderão ter conhecido alguma expressão como redes de comunicação, associadas a relevantes pontos de povoamento em épocas históricas mais recentes, mas cuja dinâmica na Antiguidade permanece desconhecida. Somente com o rio Mira voltamos a encontrar uma via fluvial relevante, correndo genericamente de Sudeste para Noroeste, com extensa penetração interior até Odemira, um lugar cuja importância somente vislumbramos no estado actual dos conhecimentos.

Para lá de algumas lagunas costeiras onde, uma vez mais, não conseguimos aferir a relevância nos circuitos de distribuição de mercadorias, além de alguma dinâmica eminentemente local, sendo porém evidentes lugares vantajosos para o abrigo de embarcações em trânsito, somente no estuário do Sado encontramos um novo rio de maior expressão. Finalmente, o grande estuário do Tejo, justamente celebrado por Estrabão pelas facilidades portuárias e por permitir extensa navegação para o interior (III, 3,1). A partir do Tejo, para Norte, até ao Mondego, encontramos um território marcado por linhas de água, que terão desempenhado funções no domínio da pequena distribuição de mercadorias, e um conjunto de lagunas costeiras que moldaram também a paisagem, nomeadamente a Lagoa de Óbidos, outrora mais extensa, fazendo de *Eburobrittium* uma autêntica cidade marítima, ou as lagoas de S. Martinho do Porto / Alfeizerão e a de Pederneira, bastante activas como vias de exportação de produtos na Idade Média, tendo esta última um porto de armação ainda activo no séc. XVI (Ribeiro 1977: 103-107; Mantas 2004). Descontadas as alterações geomorfológicas, particularmente os processos de assoreamento, muitos destes eixos fluviais continuaram a ser relevantes ao longo da história (Ribeiro 1977: 55 e ss.).

Mas quando falamos dos usos dos rios, temos presente o seu papel nos processos de disseminação de mercadorias. Consideramos aquilo a que poderemos chamar os grandes fluxos, por exemplo, o que sobe o Guadiana até ao Pomarão e Mértola; o Arade, subindo até Silves; o Mira até Odemira; o Sado, com a ligação a Alcácer do Sal e prolongamento da navegação até Porto de Rei; ou o Tejo, de *Olisipo* (Lisboa) a *Scallabis* (Santarém), navegável para montante, pelo menos até Abrantes (Fig. 1).

Estas grandes vias fluviais apresentam ainda articulações mais complexas: dinâmicas de estuário, ou seja, exploração de recursos marinhos, associada a olarias

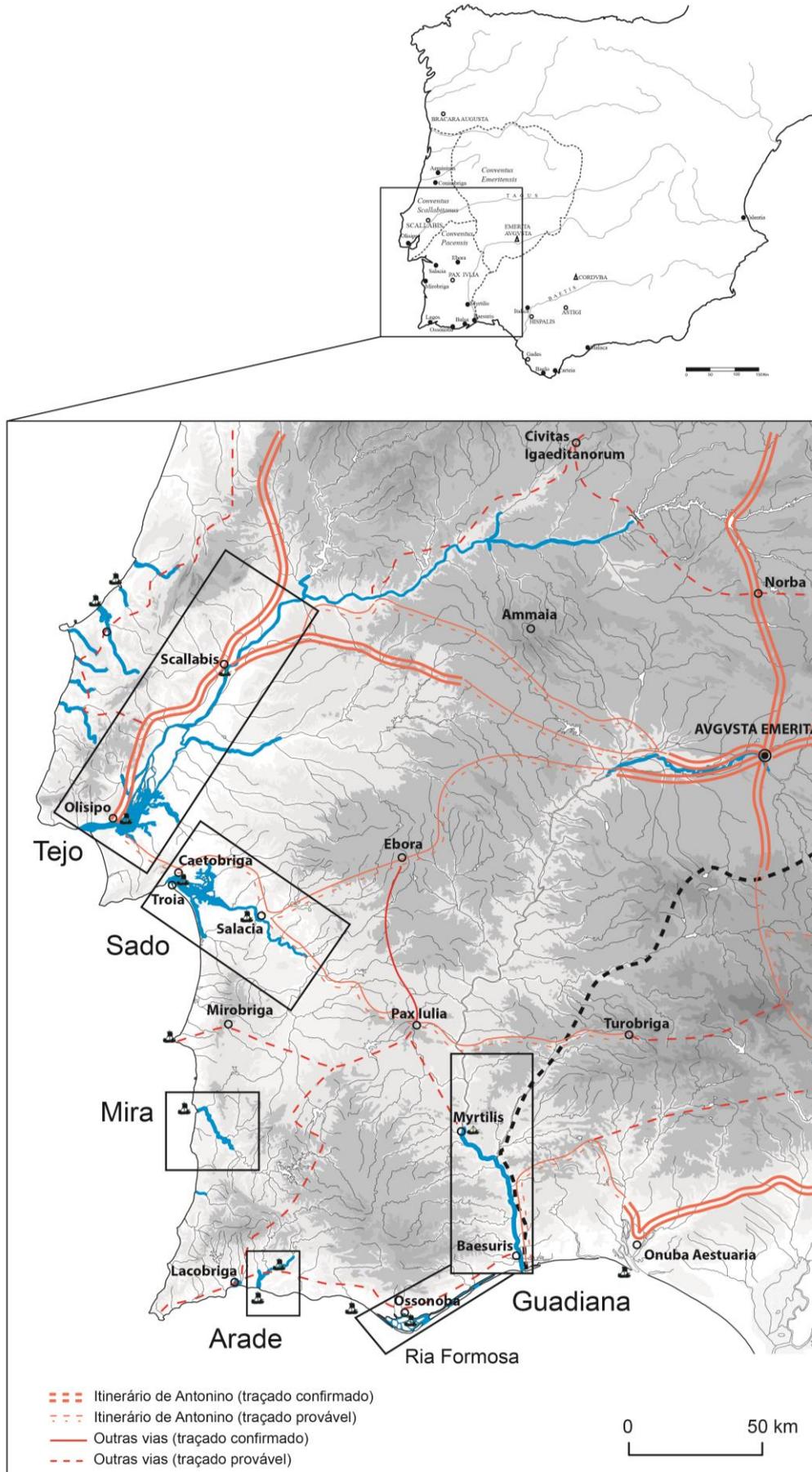
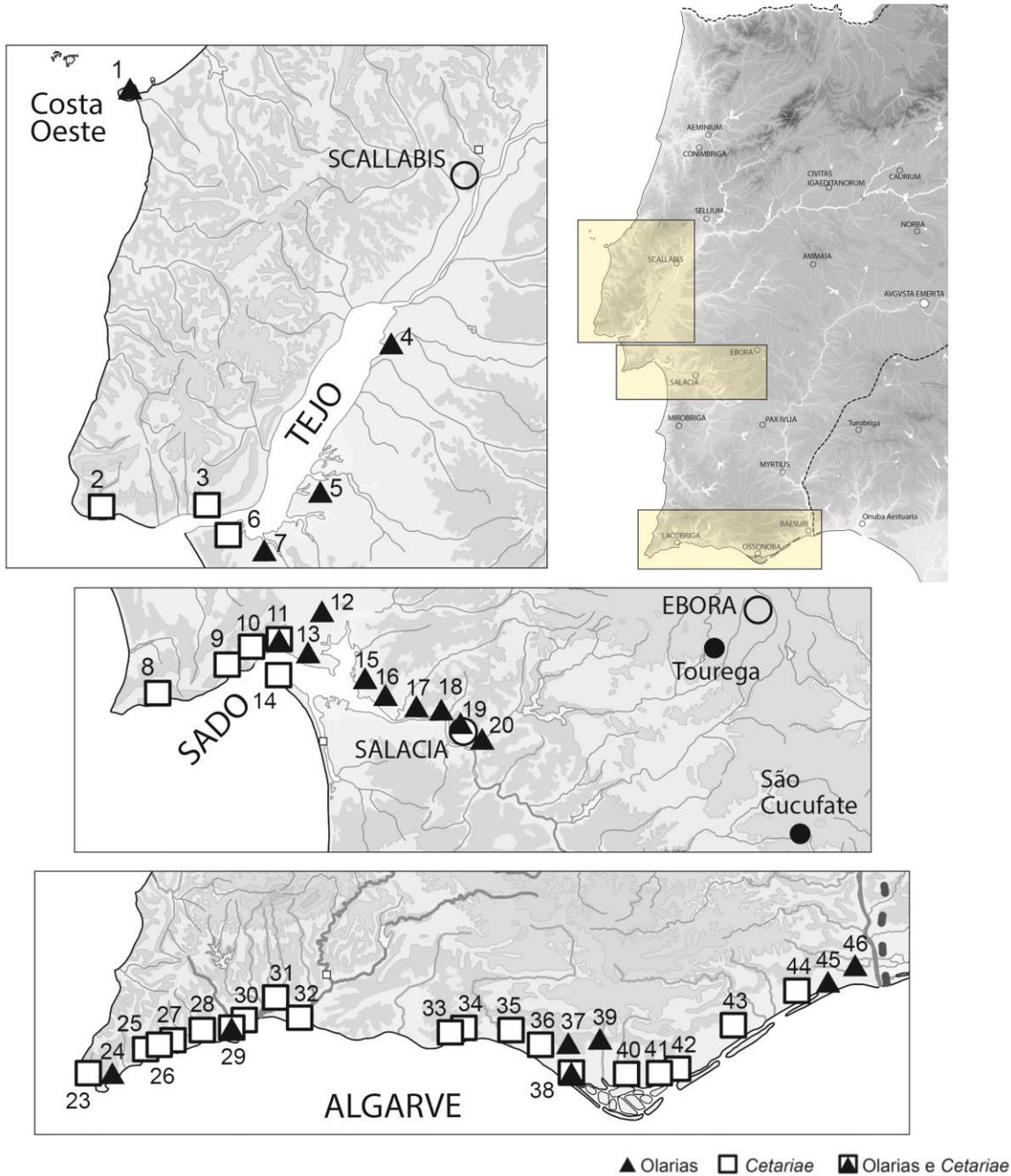


Figura 1. Mapa com os principais cursos fluviais estudados e rede viária.

que produziam as ânforas utilizadas no transporte de preparados de peixe, delineando nos estuários verdadeiros complexos portuários, que se estendem por ambas margens, tendo cidades que estruturam e organizam estes comércios, recebendo, consumindo, redistribuindo, mas assegurando também a exportação à distância. Tal

é o caso bem conhecido dos estuários do Sado e do Tejo, sem esquecer, porém, que terão existido situações análogas no Algarve, ainda que em menor escala. Nestes casos, os rios assumem a dupla função de portas de entrada de artigos importados, mas também a de portas de saída dos produtos locais (Fig. 2).

Figura 2. Mapa com as principais áreas de produção de preparados piscícolas e produção de ânforas (segundo Pinto *et alii* 2021: Fig.1, modificado).



- 1: Morraçal da Ajuda, Peniche; 2: Cascais; 3: Lisboa; 4: Garrocheira; 5: Porto dos Cacos; 6: Cacilhas & Porto Brandão; 7: Quinta do Rouxinol; 8: Sesimbra; 9: Creiro; 10: Rasca & Comenda; 11: Setúbal; 12: Zambujalinho; 13: Quinta da Alegria; 14: Tróia; 15: Pinheiro; 16: Abul; 17: Enchurrasqueira; 18: Bugio; 19: Parvoíce, Alcácer do Sal; 20: Barrosinha; 21: Sines; 22: Ilha do Pessegueiro; 23: Beliche; 24: Martinhal; 25: Salema; 26: Boca do Rio; 27: Burgau; 28: Praia da Luz; 29: Lagos; 30: Monte Molião; 31: Praia do Vau; 32: Portimões & Portimão; 33: Praia de Aveiros; 34: Praia de Santa Eulália; 35: Cerro da Vila; 36: Loulé Velho; 37: Salgados; 38: Quinta do Lago; 39: São João da Venda; 40: Ossonoba / Faro; 41: Olhão; 42: Quinta de Marim; 43: Torre de Ares, Quinta das Antas e Pedras del Rei; 44: Quinta do Muro; 45: Manta Rota; 46: São Bartolomeu de Castro Marim.

Articulam-se também os grandes rios com outras linhas de água que neles desembocam, criando verdadeiros sistemas fluviais de mais complexas ramificações. Por exemplo, no caso olisiponense, ao longo da margem direita norte, com os rios Trancão, Alviela, Zêzere ou Almonda, possibilitando uma disseminação mais ampla rio acima e também um bom escoamento dos produtos locais, descendo o rio até *Olisipo*; ou a penetração até Coina, na margem esquerda, em estreita proximidade ao estuário do Sado, ou pelo Sorraia, até Coruche, permitindo franco acesso à peneplanície alentejana. Estas bacias fluviais complexas ajudam a entender a geografia de distribuição de muitas cerâmicas que encontramos disseminadas em sítios rurais mais interiores. Deve também ter-se em conta a articulação dos sistemas fluviais com a rede viária terrestre (Mantas 2004), ampliando substancialmente a relevância dos rios como eixos de distribuição dos artigos importados.

As cerâmicas finas de mesa e as ânforas que chegam a cidades francamente interiores como *Pax Iulia*, *Ebora Liberalitas Iulia*, *Ammaia* ou à capital provincial *Augusta Emerita* resultam justamente desta combinação entre eixos fluviais e vias terrestres, aspecto que discutiremos mais adiante.

Pode, por isso, dizer-se que o papel dos rios na recepção e distribuição de artigos se estende bem para além das suas margens, por um lado, distribuindo as importações por territórios rurais de proximidade, por outro, articulando-se com as vias terrestres em nós de recepção/redistribuição, nem sempre fáceis de identificar.

De referir ainda que nos encontramos perante informação desigual e assimétrica para os distintos cursos de água que abordamos. Tal facto justifica que existam áreas onde dispomos de informação quantificada, sobretudo para as cerâmicas de importação (cerâmicas finas e ânforas), para as quais dispomos de mais dados. Pontualmente, apresentam-se estudos de caso que ajudam a ilustrar o modo como se fez a distribuição de determinadas categorias cerâmicas no curso dos rios. Realizaremos o elenco da realidade da Lusitânia de Este para Oeste e de Sul para Norte, seguindo, no fundo, o sentido do fluxo natural do grande comércio feito para esta província.

## 2. O SUL DA LUSITÂNIA

Na área mais meridional da Lusitânia (actual Algarve), os principais rios são o Guadiana e o Arade. A amplitude dos seus estuários, áreas de fundeadouro naturais e condições de navegabilidade tornaram-nos nas principais vias de articulação entre as áreas costeiras e a serra algarvia, e até mesmo o baixo Alentejo, mas menos preponderantes que outros rios peninsulares (Fig. 3).

O Algarve possui ainda uma geografia marítimo-fluvial singular, que se deve a dois principais aspectos: o primeiro, um extenso cordão dunar formado por ilhas barreira (ria Formosa) que corre paralelo à costa central e oriental, como se a margem de um grande rio se tratasse; o segundo, uma densa rede de cursos menores, composta por pequenos rios e ribeiras que configuraram uma costa mais recortada, com estuários mais amplos, hoje bastante assoreados.

Esta morfologia costeira favoreceu a criação de inúmeros núcleos urbanos em pequenas elevações junto aos estuários e rias, sobre sítios com ocupação pré-romana, com marcada matriz comercial, e mais tarde núcleos rurais de tipo *vicus* ou *villa*, com forte dinâmica artesanal baseada nas várias actividades relacionadas com a exploração/exportação dos recursos piscícolas, complementada com a transformação de produtos agrícolas. Os principais núcleos urbanos do Algarve –*Balsa*, *Ossonoba* e *Laccobriga*–, e os rurais de tipo *villa* que mais tarde se desenvolveram nesses territórios, constituíram-se, assim, como os maiores focos importadores e redistribuidores.

Com estreita relação com os territórios vizinhos a oriente, a *Uterior/Bética*, e uma articulação privilegiada com o eixo portuário Sevilha/Cádiz e Huelva, esta região recebeu grande diversidade de produtos importados por via marítima. A partir do séc. II assinala-se uma forte ligação ao Norte de África (*sigillata*, cerâmica de cozinha africana e também ânforas), mesmo quando a produção local se desenvolve crescentemente.

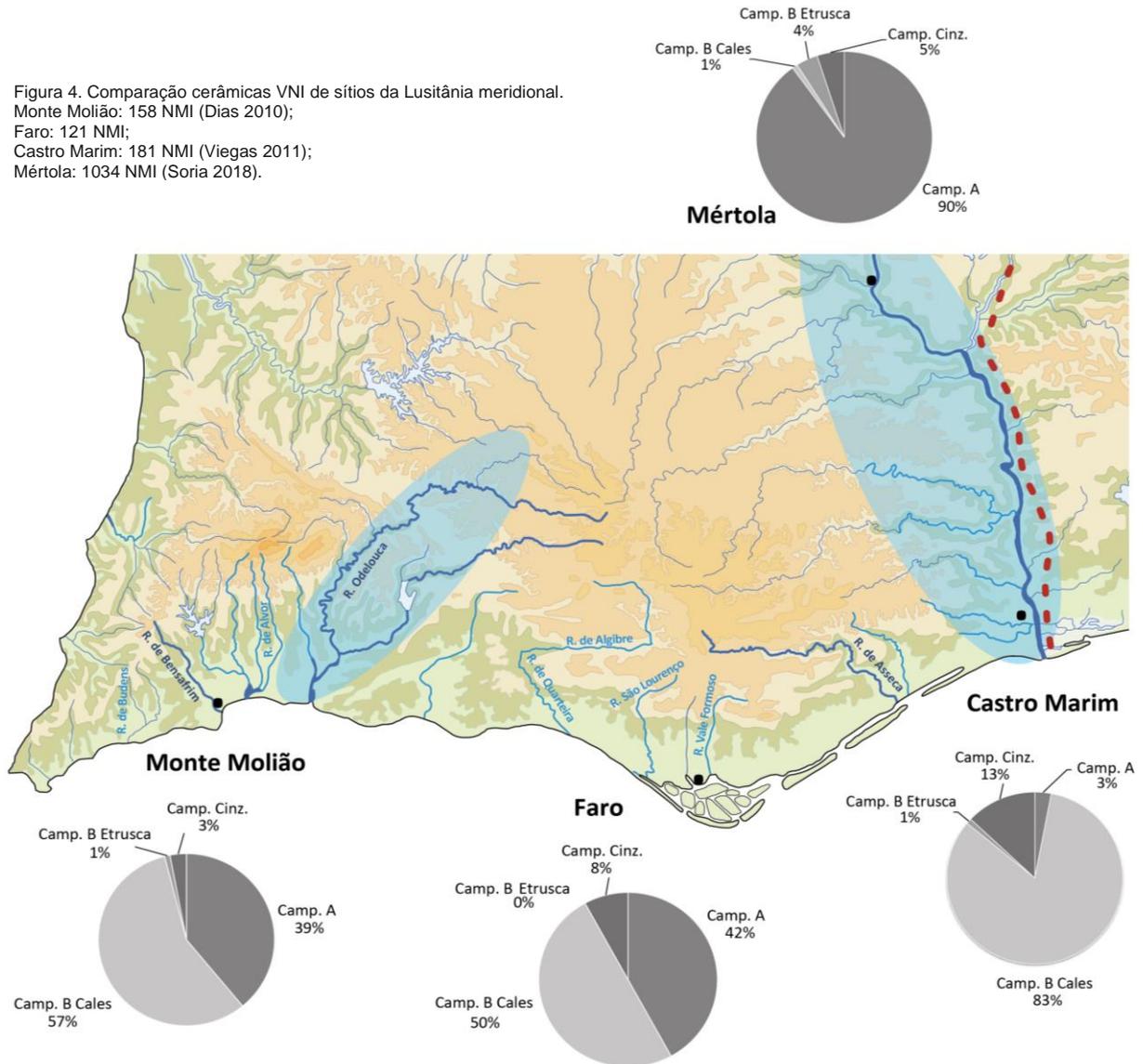
### 2.1. Rio Guadiana

O Guadiana, um dos principais cursos de água da Península Ibérica, seria navegável desde a costa até pouco acima de Mértola, altura em que o acidente geográfico do Pulo do Lobo não permite a navegação mais para Norte, voltando a ser navegável desde Juromenha até perto de Mérida. Aqui, dispomos de testemunhos da circulação de produtos manufacturados e produtos alimentares transportados em ânforas, quer em sítios junto ao curso inferior do rio, quer na importante cidade portuária de Mértola (*Myrtilis*). Vários factores convergiram para a sua importância, particularmente a riqueza mineira da região (minas de S. Domingos). No curso inferior do rio, Castro Marim (*Baesuris*) desempenhou um importante papel no controlo do escoamento desses metais e constituiu um ponto de recepção/redistribuição de cerâmica de mesa, ânforas e cerâmica comum importadas durante a época republicana e o Principado (Viegas 2011, com bibliografia anterior).

Para reconhecer os padrões e dinâmicas de abastecimento e distribuição de cerâmica importada em período republicano no curso do Guadiana, podemos tomar como exemplo a cerâmica de verniz negro itálica (VNI)



Figura 4. Comparação cerâmicas VNI de sítios da Lusitânia meridional.  
 Monte Molião: 158 NMI (Dias 2010);  
 Faro: 121 NMI;  
 Castro Marim: 181 NMI (Viegas 2011);  
 Mértola: 1034 NMI (Sória 2018).



ou em Monte Molião (Dias 2010), mostrando que parte significativa do VNI atingiu este território durante o séc. II a.C., mantendo-se ainda com expressão na centúria seguinte. Esta cerâmica circulou também pelo curso do rio Séqua/Asseca/Gilão junto a Tavira, chegando ao Cerro do Cavaco (Fabião 2003: 78-79), e pelo Arade, como se verá adiante (Fig. 4).

Outras produções cerâmicas podem integrar esta abordagem, as paredes finas e ânforas da Península Itálica, bem presentes no território desde a segunda metade do séc. II a.C., como se documenta pelo conjunto de Greco-ítálicas de Mata-Filhos (Luís 2003), na primeira metade do séc. I a.C., como se verifica no depósito de Mértola (Fabião 1987) onde predominam as Dressel 1 sobre as Lamboglia 2, ou no Forte de São Sebastião em Castro Marim (Arruda e Pereira 2008), estando igualmente presentes importações da área gaditana (Mañá-Pascual A4, T-9.1.1.1, Castro Marim 1, Dressel 1, Mañá

C2b, ovóides gaditanas e cerâmicas comuns) e do Vale do Guadalquivir, sobretudo a partir do 2º quartel do séc. I a.C. (ânforas ovóides dos tipos 1, 4, 5 e 6), como demonstrado pelos conjuntos do Castelo de Castro Marim ou Faro (Viegas 2011).

Nos momentos subsequentes, para o Principado, a informação disponível para os mesmos sítios do Guadiana é ainda mais limitada e desigual. Em Mértola, estes materiais serão certamente abundantes, mas o seu estudo encontra-se apenas aflorado. Assim, é expectável a presença de contentores anfóricos (sobretudo da Bética e em menor número da Itália, Gália ou Norte de África), e da cerâmica fina de mesa importada (*terra sigillata* itálica sudgálica e hispânica, bem como importações africanas), mas por não se dispor de dados quantificados escapamos ainda os padrões de consumo. Alguns materiais publicados no Catálogo da Casa Romana, sob a Câmara Municipal de Mértola, são demonstrativos da diversidade

de importações (Lopes 2012). Em Castro Marim, tal como nos restantes sítios algarvios, o abastecimento prima pelas cerâmicas de mesa importadas como a *terra sigillata* da Península Itálica, do Sul da Gália e dos centros produtores hispânicos de Trício e Andújar (Viegas 2011) e cerâmica de paredes finas sobretudo com origem bética (Abade 2017).

A *sigillata* africana A está praticamente ausente, marcando exactamente o cessar da actividade no sítio. No conjunto anfórico dominam as importações béticas com origem gaditana (Dressel 7-11, Beltrán IIB) e no vale do Guadalquivir (Haltern 70, Oberaden 83, Dressel 20) correspondendo a 97% dos produtos alimentares, tendo os lusitanos e tarraconenses uma expressão insignificante (Viegas 2011).

O Castelo de Castro Marim foi abandonado no final do séc. I / início do séc. II (Viegas 2011), apontando-se que a eventual alteração do curso do Guadiana e consequente modificação das áreas portuárias, a que se podem juntar outros factores como o fim do controlo da produção mineira ou simplesmente a realocação em áreas mais baixas, mais conformes ao padrão de instalação romano, poderão ter determinado o fim da ocupação neste local. Contudo, sítios como Lezíria (Arruda e Rodrigues 2022) e o Enterreiro (Pereira e Arruda 2015) mantiveram-se em atividade após o séc. II, mostrando dinâmicas de ocupação em momentos mais avançados e na Antiguidade Tardia.

Outro sinal dessa intensificação do povoamento no litoral, que se estende a todo o território algarvio sobretudo a partir de meados do séc. I, corresponde à etapa inicial da manufactura oleira destinada a abastecer de ânforas, uma actividade com importância económica crescente na região: a transformação dos recursos marinhos. No esteiro da Carrasqueira (pequeno curso subsidiário do Guadiana), foi descoberto no séc. XIX o forno de S. Bartolomeu de Castro Marim (Maia 1979; Almeida *et alii* 2021). Está documentado o fabrico de ânforas do tipo Dressel 14, mas a produção deverá ter perdurado nos sécs. III-V, como se depreende da presença do tipo Almagro 51C (Alves *et alii* 1990).

Para a Antiguidade Tardia voltamos a dispor de alguma documentação, mais detalhada, relativa à circulação da cerâmica de mesa importada, como a *sigillata* africana D, foceense e cipriota, em Mértola (Delgado 1992; Fernandes 2013), no Montinho das Laranjeiras (Coutinho 1997) e ainda em sítios menores conhecidos apenas por prospecção, como as *villae* da Lourinhã, do Álamo, ou Vale dos Condes (Catarino 1997-98; Inácio 2009), esta última também com *sigillata* hispânica tardia.

Os dados sobre estas importações apontam para um abastecimento de *sigillata* africana D ainda regular nos inícios do séc. V, altura em que começou a decair (Fernandes 2013: 874). Apesar de em meados do séc. VI

ainda circularem artigos originários das oficinas tunisinas em Mértola e em núcleos urbanos costeiros como *Balsa* e Faro (Viegas 2011; Fernandes 2018), tal não sucede nos sítios rurais do Guadiana (Fernandes 2013, com bibliografia anterior). Apenas no Montinho das Laranjeiras é abundante a *sigillata* africana C e D, uma situação que se pode justificar pela existência no local de uma basílica cristã, já documentada desde os finais do século XIX.

No caso de Mértola, estes dados são ainda complementados com informação das ânforas, que permitem ver a manutenção dos circuitos existentes para este destino. Apesar das escassas publicações a elas dedicadas, algumas peças recolhidas na basílica paleocristã (Lopes 1993; 2003), ou no depósito da Rua Serrão Martins e Rua do Lanternim (Lopes 2014), dão uma pálida, embora esclarecedora, imagem desse quadro. Parece evidente a persistência das ânforas béticas (Dressel 20, 23 e La Orden) entre os sécs. III e VI (Almeida *et alii* 2017), e a penetração dos contentores africanos (Africana IID, IIIC e IIID, Keay 39 e afim 62 (Lopes 1993, 2003), mas também de importações do Mediterrâneo Oriental (LRA2 ou 5 e LRA4) provenientes das escavações de Estácio da Veiga no Rocio do Carmo ainda no séc. XIX (em depósito no Museu Nacional de Arqueologia) e das recentemente recolhidas na Hospedaria Beira Rio (Lopes 2014).

## 2.2. Rio Arade

O caso do Rio Arade distingue-se do anterior, quer nas classes cerâmicas mais representadas, quer na amostra quantificada. Constitui também desde a Antiguidade uma das mais importantes vias de penetração natural para o interior, a partir da actual cidade de Portimão, sendo navegável certamente até Silves, ou pouco mais acima (Ribeiro 1977: 98; Garcia 1996). Além dos vestígios existentes em vários sítios servidos pelo rio, o trânsito de produtos está igualmente documentado nos conjuntos obtidos em sucessivas dragagens no seu estuário.

A fisionomia do Arade sofreu em época recente fortes problemas de assoreamento, que limitaram em muito o conhecimento e percepção do povoamento no seu curso inferior e paleoestuário, e que obrigaram a inúmeras dragagens (Silva *et alii* 1987; Diogo *et alii* 2000). Também a arqueologia subaquática conduziu à descoberta de vários núcleos de naufrágio e de materiais de época romana depositados no leito do rio (Alves *et alii* 2005; Fonseca 2015; Fonseca *et alii* no prelo).

Entre os materiais recuperados sobressaem as ânforas, uma amostra diversificada desde a época tardo-republicana à Antiguidade Tardia, com particular relevância da última. Observa-se, em termos globais, uma fraca expressão do período tardo-republicano (8% do total): baixa frequência das ânforas itálicas Dressel 1 e Lamboglia 2 (21% do período), com domínio da Ulterior (79% do período) nas abundantes Mañá C2b e escassas

Pellicer D, T-9.1.1.1., Ovóide 1 do Guadalquivir e Ovóide Lusitana do Vale do Tejo. Do séc. I a inícios do III a amostra é mais numerosa (27% do total): primam os contentores piscícolas da Bética (53% do período), com as Beltrán IIA e IIB a duplicar as Dressel 7-11, sendo igualmente notórias as Dressel 14 lusitanas do Tejo/Sado (18% do período), bem como algumas Africana IIA; o vinho tem uma presença bem menor (15% do período), dominando as Gauloise 4 sobre as Haltern 70 do Guadalquivir e Lusitana 3 do Tejo/Sado, secundados por escassas Dressel 2-4 itálicas, Dressel 2-4 e PE25 tarraconenses; vestigial é a presença do azeite (6%), repartido entre Dressel 20 béticas e Tripolitana III e Africana I.

Muito mais numerosa e diversificada é a amostra dos sécs. III-VI d.C. (65% do total): metade é de origem lusitana (50% do período), revelando uma tendência totalmente inversa à dos séculos precedentes, e onde as produções do Tejo/Sado representadas pelas Almagro 50, 51C e 51A-B, Sado 1 (=Keay 78) e Sado 3 detêm valores equivalentes aos das Algarve 1 e Almagro 51C algarvias. Os preparados piscícolas béticos decaem (17% do período), com preponderância de Keay 16 e apenas algumas Key 19 e 22; o azeite parece ser um produto menor, escasseando as Dressel 20 e 23 do Vale do Guadalquivir; por outro lado, confirma-se o aumento exponencial dos contentores africanos (26% do período), com Africana 2A, 2C, 2D, 3A, 3B, 3C, Keay 35, 36, 37 e 61/62; finalmente, também dos sécs. IV-VI, uma baixa presença, embora relevante, de contentores do Mediterrâneo oriental (3% do período) através de exemplares de LRA 1, 2, 3 e 4.

Verifica-se igualmente o comércio de cerâmicas de VNI (napolitana: Lamb. 26 e 5; e do "círculo da B") e *sigillatas* (itálica, sudgálica, hispânica, africana A e D e africana de cozinha) (Silva *et alii* 1987; Fonseca 2015). As distintas classes cerâmicas identificadas apontam para uma etapa de maior movimento comercial entre os sécs. II e IV.

Perto do estuário, em Portimão, identificou-se um conjunto significativo de cerâmicas de construção com as marcas de oleiro AEMILI, IVNIORVM e PARHALI, que confirma a diversidade de outros materiais em circulação com as ânforas e uma forte ligação à vizinha província bética (Fabião *et alii* 2016: 137). Ainda no centro de Portimão, é conhecida uma unidade de produção de preparados piscícolas de dimensões consideráveis, a fábrica da Mabor, e em área próxima a *villa* de Montemar, com um importante conjunto de materiais de superfície composto por ânforas locais/regionais e sobretudo importadas (béticas, gaulesas e africanas), cerâmicas comuns de cozinha, mesa e armazenagem maioritariamente regionais, mas também béticas, itálicas, africanas de cozinha, *terra sigillata* de diversas prove-

niências e cronologias (sudgálica, hispânica, africana A e D), abarcando um período compreendido entre os séc. I e V d.C. (Freitas e Almeida no prelo).

Um pouco mais a montante, na *villa* de Vale da Arrancada, as ânforas e a *terra sigillata* recolhidas na cisterna evidenciam a fase mais tardia e o momento da sua desactivação/abandono (Fabião *et alii* 2016; Viegas 2019). Das ânforas, na sua maioria lusitanas, várias Almagro 51C e Algarve 1 remetem para prováveis produções do Martinhal (Sagres), sendo as importadas da Bética (Vale do Guadalquivir, Huelva, Cádiz e costa de Málaga/Granada), das ilhas Baleares, do Norte de África (actual Tunísia) e do Mediterrâneo Oriental (Fabião *et alii* 2016). Nas cerâmicas de mesa, além de alguma *terra sigillata* sudgálica, hispânica e africana A residual, são as importações dos sécs. IV ao VI que se encontram em maior quantidade, especialmente a *sigillata* africana D, foceense tardia e ainda DSP (Viegas 2019).

Outro importante ponto no curso do rio Arade é o Ilhéu do Rosário, localizado junto à bifurcação com a Ribeira de Odelouca. Neste local, que nunca foi alvo de investigação sistemática, existem recolhas de VNI e de ânforas também itálicas do tipo Dressel 1 e Lamboglia 2, assim como *terra sigillata* sudgálica (Gomes *et alii* 1995).

Mais a montante, o Cerro da Rocha Branca apresenta-se como o último local com evidência de produtos importados. Em escavação, embora de contextos pouco claros, recolheu-se cerâmica "(...) campaniense (A, B, e C), imitações desta cerâmica e da cinzenta fina (...)", ânforas dos tipos D e E2 de Pellicer, Maña C2b, e Dressel 1 itálicas, e de momentos posteriores *sigillatas* itálicas e hispânicas, paredes finas (Mayet XLIII), vernizes vermelhos pompeianos (itálicos e de imitação provincial), ânforas Dressel 20, Beltrán 72 e Almagro 50 (Gomes *et alii* 1986: 80; Gomes 1993).

Testemunho de uma relação complementar ao Arade, é o caso da *villa* de Vila Fria, localizada numa planície interior limitada a nordeste por uma ribeira afluente e a sudeste pelo ribeiro do Barranco da Vila. O sítio apresenta pavimentos bem conservados, um possível lagar, uma necrópole, e espólio diversificado, nomeadamente cerâmica comum, *terra sigillata*, ânforas maioritariamente béticas e algumas moedas (Pinto e Brazuna 2008).

### 2.3. A rede de ribeiras e pequenos estuários

Tal como se referiu, a costa algarvia era densamente recortada por um conjunto de estuários mais ou menos abertos, correspondentes aos tramos inferiores de um conjunto de pequenos rios, ribeiras e rias, que permitiam a penetração e navegação de curta distância, alcançando mesmo o *hinterland* algarvio (Fig. 5).

Exemplo desta realidade é a própria cidade de *Ossonoba* (sob a actual Faro), capital de *civitas* e o principal núcleo urbano do Algarve central em época

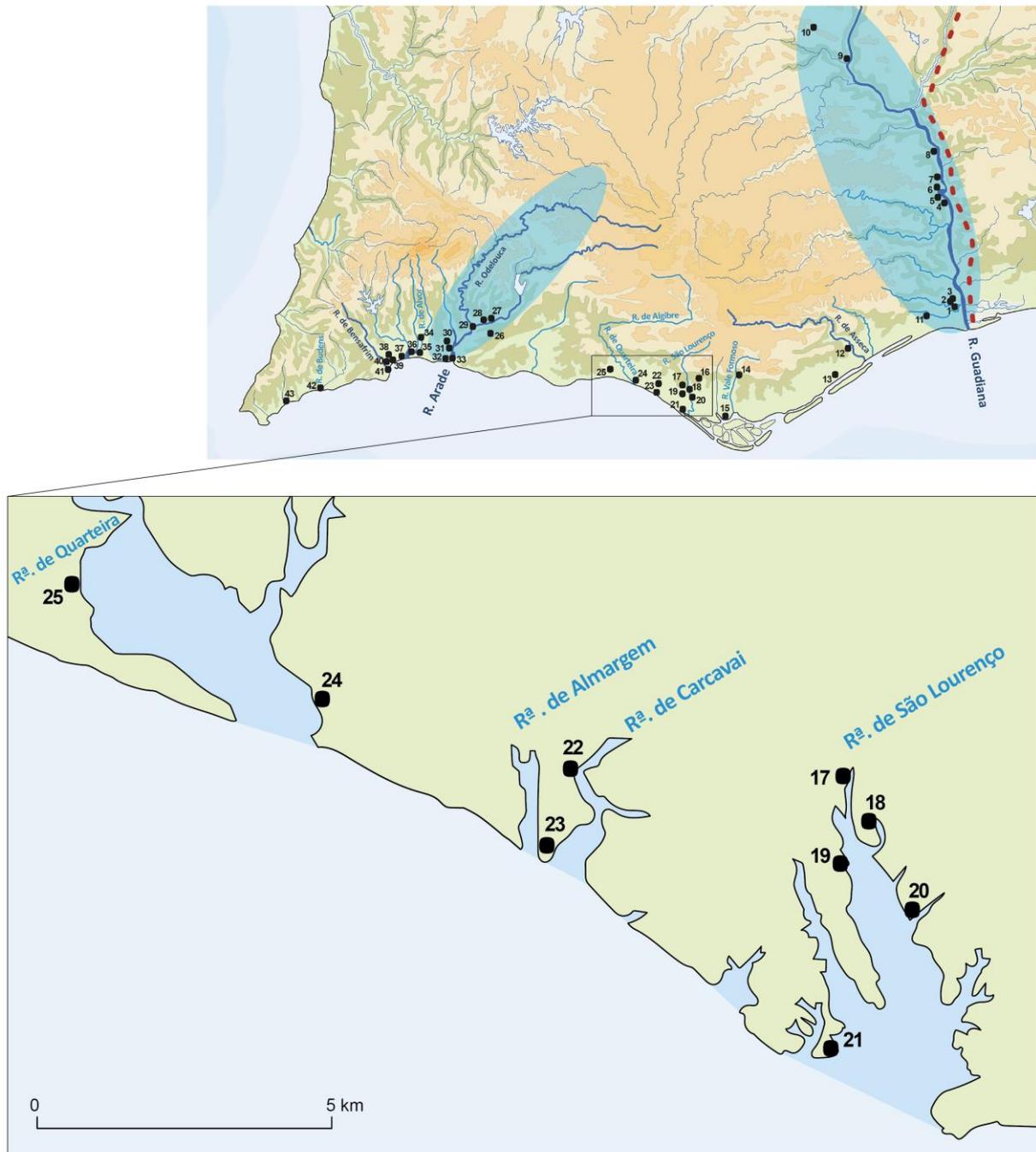


Figura 5. Reconstituição aproximada da configuração dos paleoestuários do Algarve Central, compreendidos entre a Ribeira de São Lourenço e a Ribeira de Quarteira: 17. Ludo 4; 18. Ludo 2; 19. Porto das Vacas; 20. Salgados; 21. Quinta do Lago; 22. Trafal; 23. Loulé Velho; 24. Cerro da Vila; 25. Vala de Marmeleiros (adaptado de Bernardes 2019: 40, Fig. 1).

romana, situada numa ligeira elevação interior, junto à malha formada por inúmeros pequenos canais e braços de ria (integrando o sistema da Ria Formosa), que geram um mosaico de pequenas ilhas que se interpõem entre a terra e o mar, como se de um “falso delta” se tratasse. Este centro urbano com uma ampla diacronia de ocupação (séc. II a.C. até à Antiguidade Tardia), testemunhou grande diversidade de produtos e áreas de abastecimento (Viegas 2011; Almeida *et alii* 2014b; Fernandes 2018; Viegas *et alii* 2022) e perpetuou o carácter adquirido

desde época pré-romana (Arruda *et alii* 2005) como cidade portuária de primeira grandeza, um local privilegiado para recepção de produtos manufacturados, abastecendo as *villae* e outros aglomerados no barrocal e serra algarvia.

Os pequenos paleo-estuários próximos –ribeiras de S. Lourenço, Carcavai e Quarteira– formam uma rede de povoamento denso que dá corpo a micro-economias com centros receptores de cerâmicas importadas, que se articulam em estreita relação com a cidade de *Ossonoba*.

Por sua vez, os tramos inferiores desses cursos estruturam-se com as áreas costeiras nas actividades de exploração dos recursos do mar, complementando com a produção anfórica e as actividades agrícolas. O da Ribeira de S. Lourenço constitui um excelente exemplo quer dos processos de colmatação do curso inferior de uma ribeira, quer do funcionamento de um sistema estuarino de reduzida escala. No perímetro das suas antigas margens são conhecidos vários sítios e em alguns identificou-se a produção de ânforas, como em S. João da Venda (Fabião e Arruda 1990), Salgados (Bernardes *et alii* 2007) e Quinta do Lago (Arruda e Fabião 1990), existindo ainda no último a exploração de preparados piscícolas, e a produção de vinho ou azeite (Arruda 2017) (Fig. 5).

Não muito distante para Ocidente, está hoje também caracterizada do ponto de vista da geoarqueologia a transformação sofrida no paleoestuário da ribeira de Carcavai. É conhecido o sítio de Trafal no seu limite superior (Teichner *et alii* 2014), e dispomos de mais informação sobre os produtos em circulação com base na evidência material de Loulé Velho, uma importante *villa* ou *vicus* com produção de preparados de peixe e transformação de produtos agrícolas, localizado na confluência da ribeira com a costa (Luzia 2004; Almeida e Viegas 2020). A investigação em curso tem permitido identificar abundantes importações de produtos anfóricos, *terra sigillata*, cerâmicas de mesa e comuns béticas, com uma relevante quantidade de *dolia* da Bética (sobretudo do Guadalquivir) (Viegas e Almeida no prelo). Igualmente abundante é a importação de cerâmica de cozinha africana, e em menor grau itálica ou da ilha de Pantelleria, que demonstra como este sítio esteve bem integrado nos circuitos comerciais regionais e supra regionais.

Um pouco mais a Ocidente, na ribeira de Quarteira, localizam-se os sítios de Cerro da Vila e Vale de Marmeleiros. Especialmente importante o primeiro, apontado como aglomerado secundário pelo complexo portuário e relevante conjunto artesanal existente (Teichner 2008). Identificaram-se importações de cerâmica de VNI, embora em reduzida quantidade, e a partir do séc. I assistiu-se à chegada de importações de *terra sigillata* (itálica, sudgálica e hispânica), destacando-se o relevante conjunto de importações do Norte de África e do Mediterrâneo oriental (Teichner 2008).

Já no Algarve Ocidental, na Ria de Alvor, identificou-se o mesmo padrão de assentamento no sítio da Quinta da Abicada, uma possível *villa* marítima, instalada nas suas margens, para além do sítio de Vila Velha (*Ipses?*), com extensa diacronia de ocupação (Gamito 1997), ou ainda na provável *villa* de Monte Augusto, na margem poente da zona estuarina (Nunes 2010). Da circulação de produtos na ria, assinalam-se fragmentos de ânforas lutas Almagro 51C, béticas Dressel 20, Dressel 7-11, Beltrán II e IIA (Cardoso 2013: 31 e 109).

Outra importante área estuarina é o rio de Lagos/ribeira de Bensafrim, mais para o Ocidente. A dinâmica de ocupação mostra vestígios pontuais da Idade do Ferro (sécs. VIII - VII a.C.) na actual área urbana de Lagos, identificados pela geoarqueologia (Arteaga e Barragán 2010), para depois se reestruturar na margem oposta, no Monte Molião, a partir do séc. IV a.C., permanecendo ocupado desde o período republicano até aos finais do séc. II (Arruda *et alii* 2008; Pereira e Arruda 2016, com bibliografia anterior). Num momento pouco anterior aos meados do séc. I, assiste-se a uma reocupação do local onde hoje se situa o centro histórico de Lagos, com forte componente relacionada com a produção piscícola.

Junto ao curso da ribeira assinala-se ainda a ocupação rural em sítios como S. Pedro de Pulgão, que terá sido uma *villa* (Teichner *et alii* 2010). Outras *villae* neste trecho da costa –por exemplo Meia Praia (Serra e Porfírio 2006; Ângelo 2008)– dão testemunho dessa intensificação do povoamento. Nalguns casos, o topónimo perpetuou a memória desses pequenos cursos estuarinos, entretanto completamente assoreados, como sucede com a sítio de Boca do Rio, que seria um estuário amplo para onde convergiam as ribeiras de Budens, de Vale de Boi e do Burgau, com acesso directo ao Atlântico. Neste local, onde há muito se conhecia uns *balnea*, uma área residencial com pavimentos em mosaico e um complexo de produção de preparados piscícolas (Alves 1997), investigação recente luso-alemã, identificou fornos e parte da estrutura portuária na desembocadura da antiga linha de água (Bernardes *et alii* 2022).

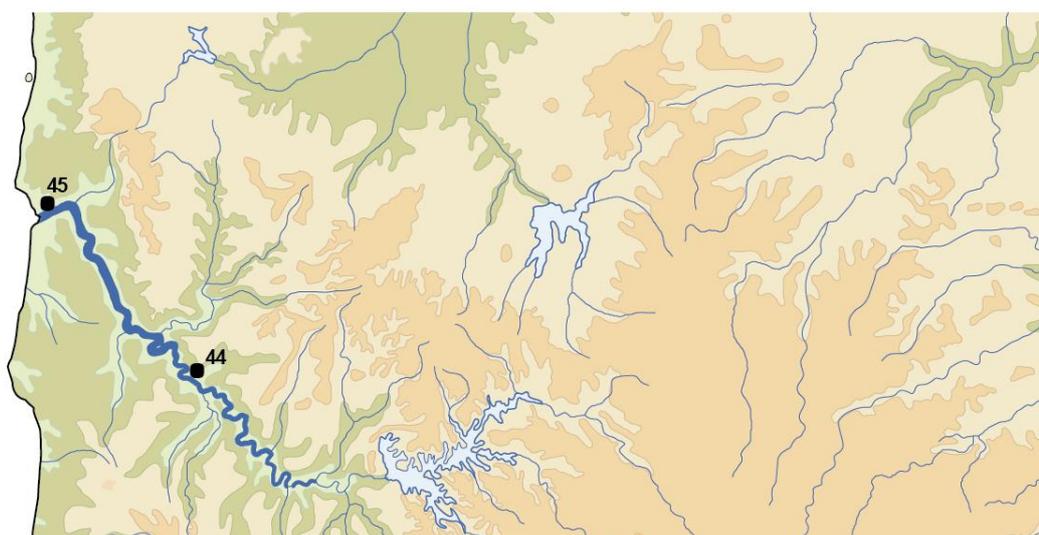
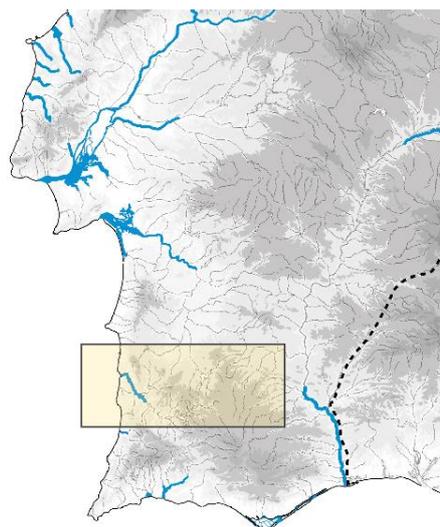
### 3. RIO MIRA

A informação que temos sobre a utilização do rio Mira na Antiguidade é escassa, embora seja claro que recebeu e distribuiu artigos importados, podendo também ter servido como via de escoamento de recursos locais, designadamente de minério. Não terá sido um eixo de grande relevância, contudo, a sua localização numa extensa faixa costeira, onde escasseiam outras vias de penetração interior, terá justificado a sua utilização. Até à época contemporânea o Mira foi navegado e teve alfândegas em Milfontes e Odemira, sublinhando a sua dimensão estratégica. (Fig. 6)

Conhecemos sítios com ocupações de época romana na zona da foz, junto a Vila Nova de Milfontes que, como o nome indica, é aglomerado moderno. Trata-se de uma ocupação de difícil caracterização, onde se encontraram restos de construções, objectos metálicos e abundantes recipientes cerâmicos datados de entre os séculos I e IV (Vilhena s/d).

Em Odemira, no limite da navegabilidade do rio, intervenções pontuais identificaram um aglomerado da

Figura 6. Detalhe do sul da Lusitânia com tramo do rio Mira, com os sítios mencionados no texto.  
44. Cerro do Castelo de Odemira; 45. Vila Nova de Milfontes.



idade do Ferro no Cerro do Castelo (ou Cerro do Peguinho), que recebeu importações itálicas e hispânicas meridionais em época tardo-republicana (Coelho-Soares 1986; Vilhena e Rodrigues 2009), sendo provável que o local continuasse a ser habitado durante o Principado e a Antiguidade Tardia (Vilhena s/d; Vilhena 2012).

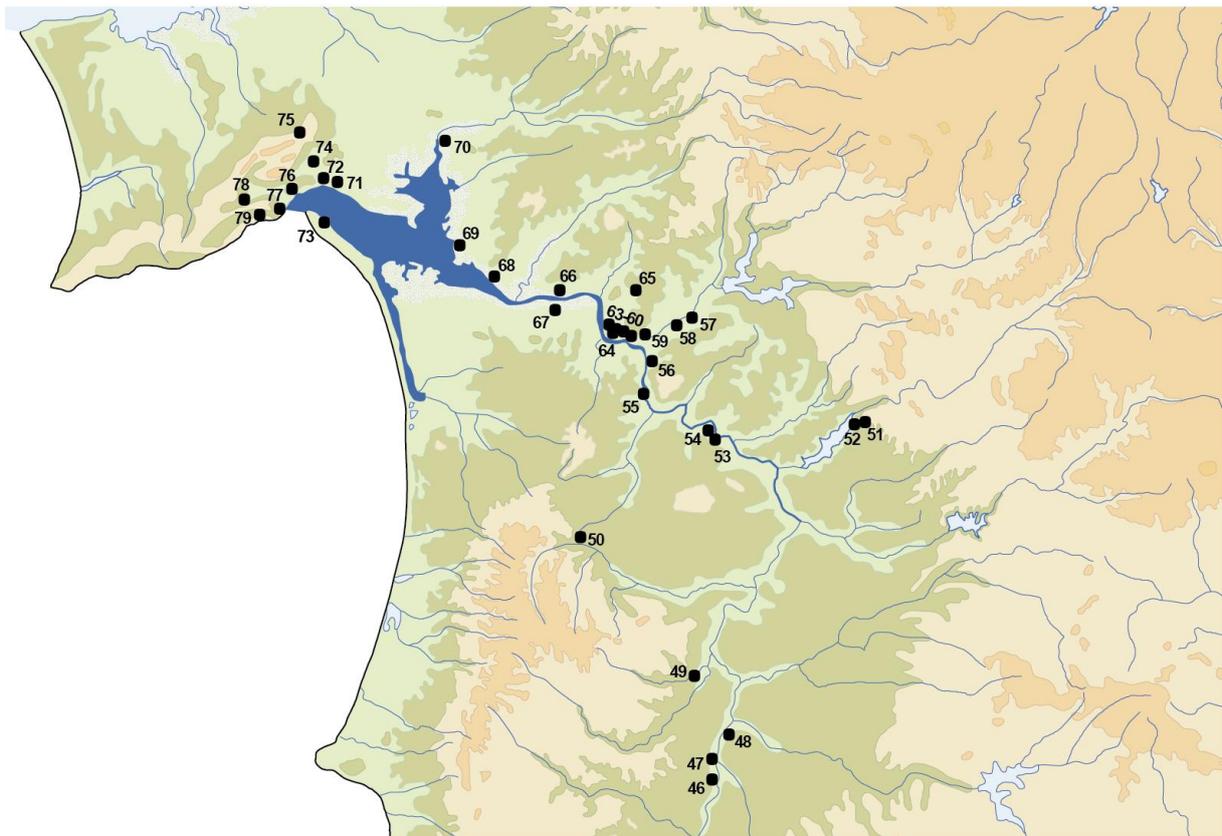
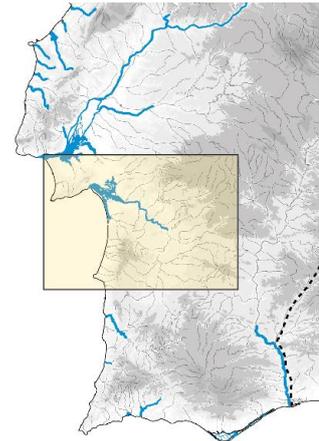
#### 4. RIO SADO

Continuando a subir a costa da Lusitânia, chega-se ao Sado, um pequeno rio com cerca de 180 km, que corre quase de Sul para Norte, desaguando junto à actual cidade de Setúbal, num estuário com cerca de 14 km de comprimento. Na sua bacia hidrográfica, grande e complexa, confluem vários rios e ribeiras –ribeiras do Roxo, Figueira e Odivelas, rio Xarrama, ribeiras de Alcáçovas, São Martinho, Marateca, Campilhas, Corona, Grândola e rio Arcão–, para além de inúmeras outras linhas de água que contribuíram para a distribuição de produtos para territórios mais interiores.

O amplo estuário do Sado é delimitado na margem esquerda pela restinga de Tróia, que teria, em época romana, uma configuração insular (Freitas e Andrade 2008: 28), podendo corresponder à ilha de Ácale de Avieno, situada a Sul do cabo Cêmpico (actual cabo Espichel) (Ferreira 1985: 22). De qualquer forma, a dinâmica de estuário parece estar já plenamente implementada na época romana, com Setúbal e Tróia voltadas para esse pequeno mar interior, e sendo Alcácer do Sal, cerca de 12 km a montante do estuário, acessível a barcos de grande calado.

Os primeiros vestígios romanos no Baixo Sado ocorrem no período republicano, em Alcácer do Sal e em locais altos com boa visibilidade e defensabilidade no entorno do estuário, como o Castro de Chibanes, Pedrão, Castelo dos Mouros e, de acordo com relatos do séc. XVII, Outão (Alarcão 1988: 131). A montante de Alcácer, há um possível fortim no Castelo do Lousal (Alarcão 1988: 172), insuficientemente estudado, não se conhecendo por agora, outros sítios ao longo do rio (Fig. 7).

Figura 7. Detalhe da Lusitânia com tramo do rio Sado, com os sítios mencionados no texto.



46: Monte da Ameira 1/Monte do Brejo; 47: Monte das Gáspeas/Gaspeia 3; 48: Monte Roxo; 49: Castelo do Lousal; 50: Cerrado do Castelo; 51: Fonte Santa; 52: Passadeiras; 53: Portinho; 54: Porto de Rei; 55: Arapouca; 56: Barrosinha II; 57: Santa Catarina de Sítimos; 58: Porto da Lama; 59: Olival de Nossa Senhora D'Aires; 60: Horta do Crespo; 61: *Salacia*/Alcácer do Sal; 62: Olival do Senhor dos Mártires; 63: Olival da Pedreira; 64: Horta das Ponces; 65: Igreja de Vale de Reis; 66: Vale de Cepa; 67: Casas Novas; 68: Abul; 69: Pinheiro; 70: Zambujalinho; 71: Quinta da Alegria; 72: *Caetobriga*/Setúbal; 73: Tróia; 74: Pedrão; 75: *Caepiana*?/Castro de Chibanes; 76: Comenda; 77: Outão; 78: Castelo dos Mouros; 79: Creiro.

Também nestes as importações cerâmicas deste período podem ser lidas na presença de cerâmica de VNI e imitações, paredes finas e ânforas itálicas, na sua maioria vinárias, complementando-se com importações piscícolas da área de *Gadir* e algumas oleárias norte-africanas; de referir ainda cerâmica de tipo Kuass (Sousa 2021a: 109) e raras importações orientais de taças me-gáricas (Sousa 2021b).

No caso de Alcácer do Sal, que seria a capital económica da região desde longa data, as cunhagens mone-

tárias (Faria 1992), os materiais do Olival do Senhor dos Mártires (Gomes e Alves 2017) e o estudo do VNI demonstram que a cidade estava já na esfera romana na segunda metade do séc. II a.C. Os conjuntos de VNI estudados, em particular, revelam um ligeiro domínio de produções calenas sobre as napolitanas, uma presença menor de produções do Círculo da B, alguns possíveis fragmentos de “Campaniense C” siciliana e um prato de produção B etrusca (Soria 2018: 184-213). As imitações em cerâmica cinzenta são raras, à excepção do conjunto

da vertente ocidental da colina do Castelo, onde representam 88%, algumas já de *terra sigillata* itálica (Soria 2018: 205), o que indica um espectro cronológico de meados do séc. II a.C. até aos finais do séc. I a.C.

O Castro de Chibanes, provavelmente a *Caepiana* do Itinerário de Antonino (Guerra 2004), parece ter uma ocupação de cariz militar entre o final do séc. II e cerca de 40 a.C., momento em que terá sido abandonado (Silva e Soares 2021: 44). Diferente é o caso do povoado do Pedrão, que abarcou apenas o segundo e o terceiro quartéis do séc. I a.C., sendo abandonado por volta de 25 a.C. (Silva e Soares 2021: 19). Já para o Castelo dos Mouros, é apontada uma cronologia de 75 a 40 a.C., apenas com base em materiais recolhidos em superfície (Silva e Soares 2021: 19). A presença dos mesmos tipos de cerâmica e de moedas de *Beuipo/Salacia* em Chibanes (Conejo Delgado 2021: 352) e no Pedrão (Soares e Silva 1973) sugere que se situavam na esfera económica dessa cidade.

O conjunto de VNI do Castro de Chibanes (278 frags.) mostra um claro predomínio das produções calenas, sendo as napolitanas cerca de metade com um repertório estandardizado e simplificado, e raros fragmentos do Círculo da B e imitações (Soria 2021: 113-119, com bibliografia anterior). Já o do Pedrão tem exclusivamente produções calenas do segundo e terceiro quartel do séc. I a.C. (Soria 2018: 179-180, com bibliografia anterior).

A par das cerâmicas de VNI, regista-se também na região a importação de paredes finas itálicas. Em Alcácer, algumas peças poderão datar do período republicano (Sepúlveda *et alii* 2003; Sepúlveda *et alii* 2018) e em Chibanes (80 NMI) podem ser datadas entre finais do séc. II e cerca de 40 a.C. (Coelho-Soares 2021).

Quanto às ânforas republicanas, foram recolhidas nos quatro sítios. Em Alcácer do Sal registaram-se ânforas vinárias da Itália tirrénica, prováveis Greco-Itálicas, Dressel 1, uma oleária Dressel 6 (Pimenta *et alii* 2015: 154), piscícolas Mañá C2a norte-africana (Gomes e Alves 2017: 97) e Mañá C2b da Ulterior (Silva *et alii* 1980-81: 187). Dado não existirem materiais da zona portuária, esta amostra estará longe de reflectir a realidade do afluxo de ânforas a *Salacia* no período republicano. Já Chibanes tem uma amostra mais consistente (374 NMI) (Pimenta 2021, com bibliografia anterior). Na fase mais antiga (finais do séc. II – primeiro quartel do séc. I a.C.) dominam as ânforas vinárias itálicas Dressel 1 sobre as igualmente bem representadas Mañá C2b (T-7.4.3.3.), constando ainda oleárias Africanas Antigas (0,7%) e outros tipos da Ulterior Bética, de conteúdos diversos, como a Ovóide 1 do Guadalquivir (1,3%), e uma ânfora vinária T-8.1.3.2 (PE 17) de Ibiza. O incremento das importações de Mañá C2b, de 12% na primeira fase para 40% na segunda (segundo quartel do séc. I a.C. – c. 40 a.C.) mostra a importância crescente

dessa região no abastecimento, que será predominantemente institucional e militar, tal como ocorre em Santarém (*Scallabis*) em momento coevo, como adiante se verá. Do Pedrão e do Castelo dos Mouros, conhecem-se também algumas ânforas itálicas importadas (Soares e Silva 1973; Silva e Soares 1986: 146-150) e tipos anfóricos de produção regional inspirados em modelos ovóides béticos, nomeadamente na Ovóide 1 do Guadalquivir, que podem datar de meados do séc. I a.C. (Mayet e Silva 2016: 63-64).

Com a pacificação do território e a criação da Lusitânia, os povoados de Pedrão e Chibanes são abandonados e surgem outros como Setúbal (*Caetobriga*). Alcácer do Sal, pela sua importância económica de longa data, tornou-se a capital da *civitas* de *Salacia* (Plínio, *NH*, IV, 114-116), com um largo território que abarcava todo o Baixo Sado. Além do comércio de minérios, Plínio atribuiu-lhe importantes recursos em sal e lãs (Plínio, *NH*, VIII, 191) e continuou a ser, pelo menos até ao séc. II d.C., um importante polo importador de cerâmicas e alimentos transportados em ânforas, que os dados arqueológicos disponíveis permitem apenas vislumbrar, sendo imperativo recorrer aos materiais descontextualizados.

Para este período, sobressai na análise da *terra sigillata* de Alcácer do Sal (468 NMI) a extraordinária importância das importações itálicas (62,7%), face às gálicas (25,4%), hispânicas (8,8%) e africanas (1,5%). Outras produções e tipos, como a *terra sigillata* oriental A, africana C, africana D e hispânica tardia, estão presentes apenas de forma residual (< 1%), sugerindo a perda de importância económica da cidade a partir do período flávio (Viegas 2014, com bibliografia anterior). Por sua vez, a importação de cerâmica de paredes finas do Principado continua até ao período flávio (Silva *et alii* 1980-81: 193-194; Sepúlveda *et alii* 2018), tendendo as produções itálicas augustanas e tiberianas a ser substituídas pelas de *Tarraco* (?), das Baleares, da Bética e da própria Lusitânia (Mérida). Residualmente, regista-se a importação de pratos itálicos de engobe vermelho pompeiano (Sepúlveda *et alii* 2003: 385-386) e almofarizes béticos (Sepúlveda *et alii* 2007).

Quanto às ânforas, a análise dos conjuntos de Alcácer do Sal (287 NMI) mostra um predomínio das importações béticas, constituídas por ânforas de azeite (Dressel 20) e vinárias (Haltern 70) do Vale do Guadalquivir, e de preparados de peixe (Dressel 12, Dressel 7-11 e Beltrán II) da área gaditana (Pimenta *et alii* 2015: 165). Embora haja ânforas regionais da Antiguidade Tardia, não há publicada nenhuma ânfora importada dessa época.

Tal como se referiu, Setúbal (*Caetobriga*) surge no início do Principado, ao que tudo indica em época augustana, de acordo com os seus mais antigos contextos

escavados (a entulheira de uma provável olaria, de meados/terceiro quartel do séc. I a.C. até à época de Tibério, com restos de produção de ânforas inspiradas na Ovóide 4 do Guadalquivir (Mayet e Silva 2016: 64-65). No entanto, a *sigillata* itálica recolhida até à data é pouco frequente (Coelho-Soares 2018: 116), bem como as paredes finas augustanas (Sepúlveda e Bolilla 2018) e as ânforas importadas dessa época.

A partir da época de Tibério, no amplo complexo portuário do Sado surgem novos pólos produtivos nas margens do estuário e ao longo do rio até Alcácer do Sal, notando-se uma dissociação espacial das várias actividades que vão gerar uma economia de estuário com uma grande interdependência entre os sítios de produção de preparados de peixe, as salinas, as olarias e os centros urbanos.

No conjunto de materiais de quatro sítios de Setúbal, da análise das importações da *terra sigillata* sobressai a gálica, que predomina com 52%, enquanto que a itálica representa apenas 3%, a hispânica 19%, a africana A 4%, a Africana C 5% e a Africana D 17% (Coelho-Soares 2018: 116). Num depósito do séc. VI da Travessa de João Galo nº 4-4B, apareceram ainda raras DSP (forma Rigoir 1 ou 3) e foceense tardia (forma Hayes 3) (Silva e Coelho-Soares 2014: 324). Este tipo de *sigillata* apareceu também na Rua Arronches Junqueiro nº 75 (forma 3B) (Silva *et alii* 2018: 156) demonstrando uma atividade comercial em época tardia com importações da Narbonense e da Turquia ocidental.

Registou-se igualmente a importação de cerâmica de paredes finas, sobretudo béticas e emeritenses, na Praça do Bocage (Silva e Coelho-Soares 1980-81: 261), na Travessa de Frei Gaspar (Silva *et alii* 1986: 155), na Travessa de João Galo nº 4-4B (Silva e Coelho-Soares 2014: 311) e na Rua Arronches Junqueiro nº 32-34 (Silva *et alii* 2018: 27-28).

No que respeita à importação de alimentos transportados em ânforas (Silva 2018: 162 e 170, com bibliografia anterior), está atestada a presença de vinho itálico (Dressel 2-4, aparentemente de formas mais tardias, ditas "almond rim"), do Egeu (tardo-ródias/ Camulodunum 184), bético do Vale do Guadalquivir (Haltern 70 e possível Dressel 28), bem como gaulês (Gauloise 4). Do vale do Guadalquivir veio também azeite (Oberaden 83 e Dressel 20), e a costa ocidental da Bética forneceu preparados de peixe (Dressel 7-11, Beltrán IIB e Keay 16(?)).

Setúbal recebeu ainda, em momentos mais tardios, ânforas piscícolas do Norte de África (Africana IIC) e provavelmente também uma vinária (Spatheion 1D/Beltrán 65), bem como, de idêntico conteúdo, outra do Egeu ou do Mar Negro (LRA2). A fraca ocorrência de ânforas importadas está explícita em três das intervenções na área urbana de Setúbal, contabilizando apenas 6% das ânforas desse período, enquanto as regionais repre-

sentam 94% (Silva 2018: 170). Na Rua Joaquim Granjo as ânforas importadas alcançam os 15% (Silva 2018: 169).

Em suma, se se considerar que a *terra sigillata* e as ânforas provenientes das intervenções realizadas em Setúbal nos últimos 50 anos constituem uma amostra representativa, o predomínio da *terra sigillata* gálica e a raridade das ânforas importadas na Antiguidade Tardia sugerem que o apogeu de *Caetobriga* como centro receptor e redistribuidor se situou entre a segunda metade do séc. I e meados do séc. II. Manteve-se, depois, um intenso consumo e circulação de ânforas regionais, mas muito fraco de loiça de mesa importada e produtos alimentares importados em ânforas. Dada a continuidade de ocupação da cidade, esta imagem pode estar distorcida.

Na restinga de Tróia, na margem sul do estuário, surge um novo pólo produtivo onde foram identificadas, até à data, 30 oficinas de salga, das quais 25 publicadas (Pinto *et alii* 2011; 2014), adivinhando-se mais sob as altas dunas que cobrem ainda a maior parte do sítio. O aglomerado urbano-industrial que aí se desenvolveu teve uma crescente importância económica, atendendo à capacidade de produção instalada, superior a 1500 m<sup>3</sup>, e à frequência de cerâmicas importadas e regionais.

Pelos estudos de cerâmica que têm sido feitos desde os anos 70 do século passado (v. Almeida *et alii* 2014a; Magalhães 2021, com bibliografia anterior), Tróia é um bom exemplo das importações chegadas ao Baixo Sado, em grande número no que respeita a *terra sigillata* e ânforas, mas também de cerâmica de cozinha africana e de lucernas.

No que respeita à *terra sigillata*, a de tipo itálico representa apenas 0,5%, a gálica é a segunda mais abundante com 7,6% e a hispânica a terceira com 3,5%, enquanto a primazia cabe à africana com 87,6% do conjunto, destacando-se a africana D (63,2%). Em quantidades residuais, estão ainda presentes *terra sigillata* lucente (0,2%), hispânica tardia (0,3%), DSP (0,1%) e foceense (0,1%) (Magalhães *et alii* 2021: 121). De notar que as formas de *sigillata* foceense presentes, essencialmente Hayes 3 variantes B, C, E, H e F, não ultrapassam os inícios do séc. VI (Magalhães *et alii* 2020: 139).

Comparando os ritmos de aquisição de *terra sigillata* de Alcácer do Sal, de Setúbal e de Tróia, é perceptível, tal como referido, que a importação de *terra sigillata* se iniciou ainda na segunda metade do séc. I a.C., em Alcácer do Sal, com alguns exemplares de *sigillata* oriental A, sendo posteriormente a *sigillata* de tipo itálico a irromper de forma expressiva no mercado, e registando-se ainda uma quantidade apreciável de sudgálica, o que reflecte, de alguma forma, a importância de *Salacia* até ao período de Tibério/Cláudio (Viegas

2014, com bibliografia anterior). Após o Principado de Cláudio, as importações decaem de forma significativa, coincidindo com o momento mais forte de importações de *terra sigillata* em *Caetobriga* (Coelho-Soares 2018: 116) e, em parte, com o crescendo de Tróia.

A comparação dos perfis de importação dos três sítios reflecte a transferência de importância à escala regional, em torno aos meados do séc. I, do pólo agregador da região para a foz do estuário, *Caetobriga* e Tróia, e eventualmente depois para Tróia, que deverá ter tido um papel importante na recepção e redistribuição deste tipo de cerâmica na Antiguidade Tardia. As importações de *terra sigillata* de Tróia intensificaram-se sobretudo durante os sécs. IV e V, como transparece do peso da *terra sigillata* africana (Magalhães *et alii* 2021, com bibliografia anterior). Estas perdem intensidade no séc. V, mas a aquisição de *terra sigillata* foceense em sítios como a Comenda ou *Caetobriga* demonstra a continuidade dos circuitos anteriores durante a Antiguidade Tardia, ainda que os volumes sejam agora muito inferiores (Fig. 8).

Voltando às importações de Tróia, a cerâmica de paredes finas é pouco significativa (não publicada), e o estudo das lucernas (406 NMI) revela um período de maior afluxo destes produtos entre meados do séc. IV e meados do séc. V (Paul 2022).

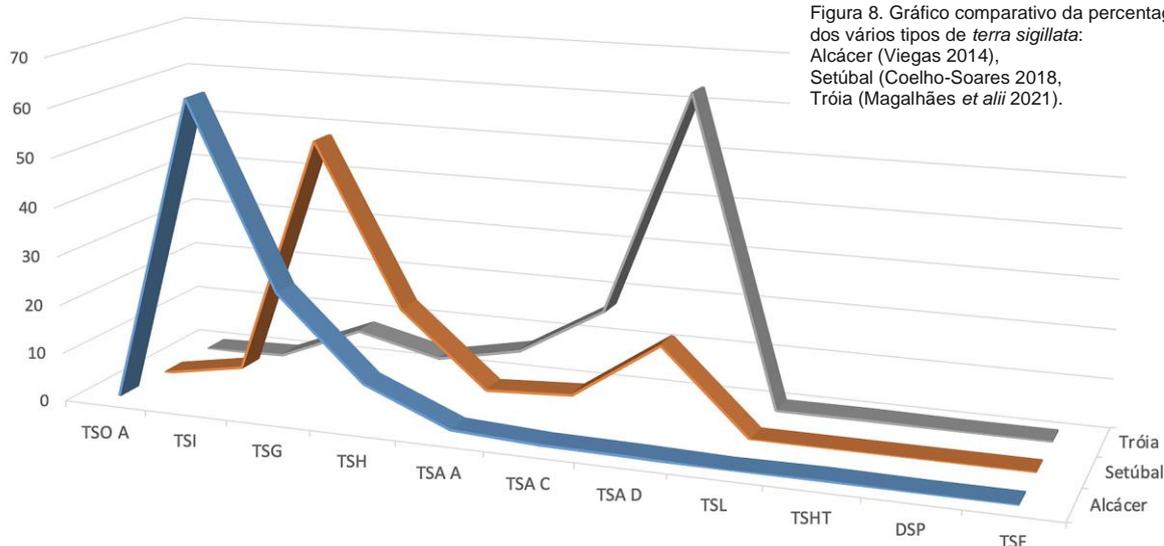
A cerâmica de cozinha africana, que não figura nos conjuntos publicados de *Salacia* e *Caetobriga*, está igualmente bem representada em Tróia (149 NMI) (Magalhães *et alii* 2014). A cerâmica comum importada de outras origens é minoritária, mas têm-se registado loiças béticas e também cerâmica de cozinha de Pantelleria (Santos 2019: 115-118).

De todas as cerâmicas de Tróia, as ânforas são provavelmente as mais numerosas, com exemplares provenientes de contextos terrestres e de um contexto

subaquático, o chamado Fundão de Tróia, uma zona do canal sul do estuário do Sado diante de Tróia. O conjunto quantificado (3615 NMI) (Almeida *et alii* 2014a) forneceu uma primeira amostra e leitura representativas.

A maioria dos exemplares corresponde a produções regionais, 72%, como seria expectável, visando essencialmente a exportação dos produtos locais, enquanto 27% são importadas. Nos sécs. I e II, sobressai a importância das importações béticas (83% das ânforas importadas neste período), com destaque para os preparados de peixe (43%) da costa atlântica dessa província, em ânforas Dressel 7-11, Beltrán IIA e IIB. O azeite vem em ânforas Dressel 20 (30%) do Vale do Guadalquivir, a mesma região de onde vem o vinho, mas em menor quantidade (10%) e em ânforas Haltern 70 e Dressel 2-4. Com valores residuais, abaixo dos 5%, chega ainda vinho da Tarraconense em ânforas Dressel 2-4 da actual costa catalã e PE25 de Ibiza, da Gália em ânforas Gauloise 4 e 5, da Itália em ânforas Dressel 2-4 e Forlimpopoli, e do Mediterrâneo oriental em Dressel 2-4/5, tardo-ródias/Camulodunum 184, Agora M54 e Kapitän 1. No final do séc. II, começam a chegar a Tróia importações norte-africanas em ânforas Tripolitana III e Africana I (2,7% do conjunto).

Nos sécs. III a V/VI, destaca-se o incremento dos produtos norte-africanos (51% das ânforas importadas do período), em ânforas Africana IIA, IIC, IID, IIIA, IIIB e IIIC dos séc. III e IV (40%), sendo as da segunda metade do séc. IV ao VI (Keay 27, 35, 36, 49 e 62) mais escassas (3%). O seu conteúdo está menos bem definido, transportando as primeiras *salsamenta* ou vinho, e as mais tardias, azeite, *salsamenta* ou vinho (Bonifay 2021: 282-283). A Bética mantém 45% das ânforas importadas, 33% de preparados de peixe (Keay 16 e 22, Beltrán 72 e Keay 19) e 12% de azeite (Dressel 20, Dressel 23 e Tejarillo 1).



Há ainda uma importação minoritária de vinho que não chega aos 5% das ânforas importadas, ainda em algumas Forlimpopoli da Península Itálica, do Norte de África em Keay 52, e do Mediterrâneo Oriental em Kapitän 2 e Agora M254/MR 1 (Almeida *et alii* 2014a). De realçar, a presença de uma ânfora de Sinope, da região do Mar Negro, do tipo C Snp III-1, do último quartel do séc. IV-1ª metade do séc. V. Por último, referir que as importações mais tardias são africanas Keay '62Q' (=Albenga 11-12) e Keay '62R', provavelmente do final do séc. V a meados do VI, e a Keay 61, que pode atingir o séc. VII (Magalhães *et alii* 2020), demonstrando um prolongamento do comércio marítimo pelo menos no séc. VI.

Na leitura do conjunto das ânforas é devido um comentário particular à coleção do Fundão de Tróia (c. 400 NMI) constituída a partir de recolhas realizadas nos anos 50 a 70 do século passado. Nesta amostra, as ânforas do Principado representam 78% e as dos séculos III-V apenas 22%. Até aos inícios do séc. III pertencem à Bética 77% das ânforas importadas e nenhuma das restantes regiões importadoras tem mais de 10%. As ânforas regionais representam menos de metade da coleção (49%), fornecendo uma imagem diferente daquela do conjunto "terrestre". Dir-se-ia que o conjunto total de Tróia mostra preferencialmente o perfil "exportador" do sítio, enquanto que o do Fundão revela o seu *facies* "importador".

Embora a formação deste contexto subaquático não esteja bem definida, este será, pelo menos em parte, vestígio de um fundeadouro. O domínio de ânforas béticas até ao início do séc. III aponta para uma forte interação com a Bética neste período, podendo o grosso do comércio ser operado por comerciantes e barcos béticos. As marcas de ânforas de Tróia recentemente compiladas –cinco marcas de Dressel 20 dos sécs. I/II, sete marcas do mesmo tipo de ânfora do séc. III, e ainda dez marcas de Keay 16 (Fabião *et alii* 2016)–, comprovam a força e prolongamento desta interação ao longo dos sécs. III e IV.

No entorno do estuário do Sado, os dados publicados permitem aferir que as importações de *terra sigillata* chegaram aos sítios de produção de salgas de peixe do Creiro (Silva e Coelho-Soares 2016: 223) e da Comenda (Viegas 2016 com bibliografia anterior) e às olarias do Zambujalinho (Fernandes e Carvalho 1996), da Quinta da Alegria (Coelho-Soares e Silva 1979), do Pinheiro (Mayet e Silva 1998) e de Abul (Mayet e Silva 2002). Há registo de ânforas itálicas Dressel 2-4 em Abul, de ânforas béticas Dressel 7-11, Haltern 70 e Dressel 20 em Abul (Mayet e Silva 2002), na Comenda, no Creiro, e ainda no Vale de Cepa (Diogo 1983), e de ânforas africanas na Comenda, no Creiro e no Vale de Cepa.

Nos arredores de Alcácer do Sal, a *terra sigillata* chegou à Barrosinha II (Diogo *et alii* 1987: 83), a Casas

Novas (Silva *et alii* 2015), ao Olival da Pedreira (Alarcão 1988: 132; Faria e Ferreira 1986: 44-45), ao Olival de Nossa Senhora de Aires (Faria e Ferreira 1986; Alarcão 1988: 133), à Horta das Ponces (Alarcão 1988: 132), à Horta do Crespo (Faria e Ferreira 1986: 44; 1991), à Igreja de Vale dos Reis (Silva *et alii* 2015) e ao Porto da Lama (Alarcão 1988: 132-133). Menos referenciadas, ânforas béticas foram também recolhidas na Barrosinha II.

Ao longo da Ribeira das Alcáçovas, o sítio de Santa Catarina de Sítimos é um excelente exemplo de uma *villa* de extensa diacronia, do séc. I ao V, que vai recebendo os vários tipos de *terra sigillata* que circulam em cada época, e também ânforas béticas e africanas (Faria e Ferreira 1986: 48-49; Ferreira *et alii* 2000: 53-54 e fig. 3).

A montante de Alcácer do Sal, há poucos sítios estudados, mas entre a Barrosinha e Porto de Rei, pode-se assinalar a suposta olaria de Arapouco, onde foi recolhida *terra sigillata* sudgálica (Faria e Ferreira 1986: 47-48; Diogo *et alii* 1987: 81; Silva *et alii* 2015).

Rio acima, até à confluência com o rio Xarrama, só o sítio do Portinho revelou vestígios romanos que incluem *terra sigillata* (Alarcão 1988: 133), e nas proximidades do rio Xarrama, está assinalada *terra sigillata* no sítio das Passadeiras (Alarcão 1988: 133-134) e na Fonte Santa (Ferreira 2015).

À beira da ribeira de Grândola, o Cerrado do Castelo é o único sítio onde se assinala *terra sigillata* (Ferreira e Faria 1991; Ferreira *et alii* 2000). Subindo o rio até Alvalade do Sado, há vários sítios onde se assinala o achado de *terra sigillata* e, mais ocasionalmente, de ânforas, que mostram, no geral, uma dinâmica económica que inclui importações cerâmicas do séc. I ao V: *villae* de Monte Roxo (Feio 2015a), Monte da Amieira 1 /Monte do Brejo, Herdade de Conqueiros e Monte das Gáspeas/Gaspeia 3 (Feio 2015b).

Ainda que o inventário de sítios nas proximidades do curso do rio Sado e seus afluentes sugira uma relativamente densa ocupação e romanização do território com o afluxo generalizado de *terra sigillata*, o fraco grau de estudo sistemático e/ou quantificado das cerâmicas desses sítios não permite vislumbrar ritmos e proporções das importações, o que só é possível nos principais centros receptores e redistribuidores de *Salacia*, *Caeto-briga* e Tróia.

## 5. NO CURSO DO RIO TEJO E MAIS ALÉM

O rio Tejo corresponde ao principal curso de água do território que nos ocupa. Para esta região dispomos de informação da principal cidade portuária da província, *Olisipo*, localizada na sua foz, e a cerca de 70 km para Nordeste a cidade de *Scallabis*, além de um vasto conjunto de sítios de distinta natureza em ambas margens

Figura 9. Detalhe da Lusitânia com o rio Tejo, com os sítios mencionados no texto.



80: *Olisipo*/Lisboa; 81: Santo António dos Cavaleiros; 82: Frielas; 83: Quinta do Belo; 84: Almoínhas; 85: Malhapão; 86: Tejo, na área de Alcochete; 87: Tejo, na área do Mouchão da Póvoa; 88: Tejo, na área de Alhandra; 89: Quinta do Morgado; 90: Tejo, na área de Vila Franca de Xira; 91: Vila Franca de Xira; 92: Povos; 93: Sub-serra de Castanheira do Ribatejo; 94: Quinta da Marquesa; 95: Monte dos Castelinhos; 96: Quinta da Meca; 97: Santa Luzia; 98: São Pedro; 99: Horta dos Arcos; 100: Águas Belas; 101: Tejo, na área de Salvaterra; 102: Porto Sabugueiro; 103: Azeitada; 104: Vale de Tijolos; 105: Alto dos Cacos; 106: *Scallabis*/Santarém; 107: Chões de Alpompé; 108: *Eburobritium*; 109: Cortiçais; 110: *villa* de Cardílio; 111: *Seilium*/Tomar; 112: Barca de Rio de Moinhos; 113: Olival Comprido; 114: Castelo de Cabeça das Mós.

do rio e nos seus principais afluentes. Contudo, para a grande maioria destes as publicações de cerâmicas limitam-se a referências a determinadas peças ou tipos de materiais, achados isolados, pequenos conjuntos ou estudos parcelares de escassa relevância estatística ou de reduzido valor enquanto amostragem (Fig. 9).

As cerâmicas que indiciam os primeiros contactos comerciais com a Península Itálica estendem-se a alguns sítios de possível cariz militar, e só a partir do Principado se assiste a uma multiplicação de estabelecimentos rurais do tipo *villa*, localizados junto ao curso do rio ou nos seus afluentes, enquanto pontos de recepção

de cerâmicas importadas (de mesa e ânforas), em circuitos que nalguns casos perduram até à Antiguidade Tardia.

As primeiras importações de cerâmica de VNI para *Olisipo* estão patententes desde o séc. II a.C., sobretudo na colina do Castelo de S. Jorge (Pimenta 2005), no Beco do Forno do Castelo (Pimenta *et alii* 2014b), com um domínio das produções napolitanas, sendo o trabalho de V. Soria (2018, com bibliografia anterior) um excelente ponto de partida para a caracterização das principais linhas do seu consumo na cidade. A cerâmica de paredes finas completa o quadro das importações de cerâmica de mesa, ainda com a cerâmica comum itálica, em reduzidas quantidades.

Para os conjuntos anfóricos é muito maior o conhecimento que detemos hoje, e estende-se também desde este momento ao Principado, contando-se actualmente com um estudo detalhado do consumo, resultante de inúmeras intervenções realizadas na cidade (Filipe 2023, com referências anteriores). Assim, durante a República, ocorre a chegada massiva de ânforas importadas do Mediterrâneo Central, testemunho do papel de *Olisipo* enquanto porto e plataforma de apoio às campanhas militares de Roma nos territórios mais a Ocidente.

Entre meados do século II a.C. e meados do I a.C. dominam os contentores da Itália tirrénica, particularmente as Greco-Itálicas tardias e Dressel 1 (49 %), secundados pelos tipos de Brindisi, Lamboglia 2 e Greco-Itálicas tardias das costas apula, calabresa e adriática (7%). Mais raros são os tipos ródios e outros tipos helenísticos, provenientes do Egeu e de outros pontos menos precisos do Mediterrâneo Oriental (1%). Valor semelhante na amostra, indicador da estreita conexão com o mundo de tradição púnica da área meridional da Hispania, em particular com *Gadir*, e do Norte de África, é o aportado pelos preparados piscícolas transportados em ânforas do tipo T.9.1.1.1. e T.7.4.3.3. (Mañá C2b), Greco-Itálicas e Dressel 1 da *Ulterior* (32%), e azeite em ânforas Africana Antiga (3%) (Pimenta 2005; Pimenta *et alii* 2014b; Filipe *et alii* 2021: 115-117; Filipe 2023).

Para conhecermos a distribuição ao longo do rio Tejo podemos observar a recepção de ânforas em sítios como Chões de Alompé e Santarém, por exemplo, ambos com origem e funções militares. O primeiro, de horizonte cronológico (segunda metade do II a.C.) e perfil de consumo com enorme paralelo em *Olisipo* (Pimenta e Arruda 2014; Pimenta 2022, com bibliografia anterior). O segundo, Santarém, apresenta algumas diferenças, dada a natureza um pouco mais tardia da sua instalação (primeiro quartel do I a.C. (Arruda e Viegas 2002, 2014). Pauta-se por um domínio inicial das ânforas itálicas da costa tirrénica, dividindo-se pelos tipos Greco-Itálico e Dressel 1, escassos exemplares de Brindisi e uma Ródia.

As restantes importações consistem em Africanas Antigas e Mañá C2a (T-7.4.1.1.) do Norte de África e T-9.1.1.1. (CNN) gaditanas. Entre o segundo e o terceiro quartel do séc. I a.C., o vinho itálico continua a ser muito relevante em ânforas Dressel 1, e menos em Lamboglia 2, os produtos do vale do Guadalquivir ganham importante significado, com ânforas Ovóide 1, 4, 5 e 6 (Almeida 2008), mas são as salgag gaditanas que dominam, com protagonismo de mais de 50% nas amostras, das Mañá C2b (T-7.4.3.2/.3), apenas algumas Ovóides gaditanas e eventuais exemplares de Dressel 7-11 (Arruda e Viegas 2014: 248-250, com bibliografia anterior). Nas cerâmicas finas de mesa dominam as VNI calenas e as paredes finas de origem itálica (Arruda e Viegas 2014, com bibliografia anterior).

Particularmente importante enquanto indicador da circulação no âmbito do próprio rio são os inúmeros achados que dão prova de cargas perdidas, ou de eventuais naufrágios fluviais. É o caso dos de Alcochete (Diogo e Alves 1988-1989); entre a Póvoa, Alverca e Vila Franca de Xira, que contabilizam actualmente várias Greco-Itálicas tardias e Dressel 1 itálicas, Mañá C2b e Beltrán IIA da costa gaditana, Ovóides 1 e 4 e Haltern 70 do vale do Guadalquivir, Ovóide e Haltern 70 lusitanas, Dressel 14, Lusitana 3, Almagro 51C e 51A-B (Diogo 1987-88; Diogo e Alves 1988-1989; Quaresma 2005; Pimenta *et alii* 2017); ou ainda perto de Salvaterra de Magos, de Dressel 1 itálica, Ovóide 1, Oberaden 83 e Dressel 20 do Guadalquivir, Dressel 7-11 da costa bética e Dressel 14 e Almagro 51C lusitanas (Diogo 1987).

A partir do período augustano, com a criação da província da Lusitânia e da sua capital, Mérida, *Olisipo* transforma-se no que se tem vindo a designar como a “capital marítima da Lusitania” (Mantas 1990; Almeida 2016; Filipe *et alii* 2021). Desde o início do Principado até ao séc. III, observam-se grandes variações nos ritmos do consumo, sobretudo um aumento exponencial das importações, maior variedade de produtos e diversidade de origens, e o sucessivo incremento dos artigos transportados em ânforas provinciais.

No que se refere às importações no mesmo período, pautam-se pelo domínio das ânforas béticas do vale do Guadalquivir (27%), de vinho (Haltern 70, e menos *Urceus*, Dressel 28 e Dressel 2-4) e de azeite (Oberaden 83, Haltern 71 e sobretudo Dressel 20); seguidas de um significativo contingente de ânforas da costa bética (6 %), sobretudo preparados piscícolas da área gaditana (Dressel 7-11, Beltrán IIA, IIB) mas também de alguns tipos vinários (Dressel 2-4, Dressel 28 e Gauloise 4). A diversidade das restantes importações está bem patente: da Tarraconense (1%), nas Pascual 1, Oberaden 74, Dressel 3-2, “Gauloise 4” e PE25; da Gália Narbonense (2%), através das Gauloise 1, 3, 4 e 5; da Itália (1,5%), com as Dressel 2-4, Dressel 21-22 e Dressel 6; de Lipari

(0,5%) com as Richborough 527 de *alumen*; do Mediterrâneo Oriental (2%), pelas Ródia/Camulodunum 184, Dressel 2-4/5, Dressel 25, Cretense 4, Agora M126, Ânforas de Quios, Dressel 24, Pompeia 13/Agora G198, Agora M54 e Kapitän 2; e do Norte de África (2%), pelas Dressel 2-4/Schoene-Mau XXXV, Tripolitana I, II e III, Ostia XXIII e LIX e Africana I e IIA. Esta extraordinária diversidade e qualidade de muitos dos artigos consumidos reflectem as dinâmicas de consumo de uma cidade portuária fortemente cosmopolita (Filipe *et alii* 2021: 117-121; Filipe 2023: 525-526).

Importa referir igualmente o papel determinante de Lisboa e do estuário do Tejo enquanto complexo portuário e centro produtor/exportador (Raposo 2017, com bibliografia anterior; veja-se ainda Fabião *et alii* 2021). A produção anfórica ter-se-á iniciado ainda no período de Augusto, com várias olarias a produzir sobretudo a partir de meados do séc. I as ânforas destinadas a envasar produtos de âmbito local/regional, tanto na própria cidade como no seu *ager* limítrofe, sobretudo os produtos piscícolas mas também o vinho, este último com uma importância que se tem vindo a valorizar crescentemente (Filipe 2023; Fabião 2021a; 2021b). De facto, é o que pode ser lido no consumo dos artigos regionais do vale do Tejo (57%), na abundância das ânforas piscícolas “Lusitanas Antigas” e Dressel 14, e vinárias Lusitana 3 e “Dressel 28” (Filipe *et alii* 2021: 117-121; Filipe 2023: 525-526).

Além dos produtos alimentares transportados em ânforas, a cerâmica de mesa importada em *Olisipo* é expressiva com a presença de *terra sigillata* recuperada em diferentes áreas da cidade (Silva 2012), assim como de cerâmica de paredes finas bética, emeritense e mesmo sudgálica. Confrontando o consumo da *terra sigillata* entre *Olisipo* e *Scallabis* verifica-se que as duas cidades receberam as principais classes de *terra sigillata* do Principado (itálica, sudgálica e hispânica) e ainda escassos exemplares de *sigillata* oriental A; ou das produções posteriores norte africanas (A, C e D), orientais (foceense tardias) ou hispânicas tardias. Contudo a chegada destes produtos às duas cidades do curso do Tejo conheceu ritmos distintos. Por exemplo, a esmagadora maioria da *terra sigillata* identificada em *Scallabis* chegou à cidade sobretudo nos reinados de Tibério e Cláudio, até aos finais do séc. I, momento a partir do qual se assiste a uma quebra acentuada do consumo (Viegas 2003; 2018).

Tem-se procurado justificação para este decréscimo numa eventual deslocação do pólo da cidade para as áreas ribeirinhas, mas até ao momento não existem vestígios que permitam apoiar esta afirmação. Em sentido contrário, nos vários locais da cidade de *Olisipo* onde dispomos de dados relativos a importações tardias, estas mostram a grande vitalidade da economia da

cidade em etapas avançadas da Antiguidade Tardia, no séc. IV a VI (Quaresma 2020). No quadro do projecto *Lisboa Romana* ensaiou-se uma síntese sobre o consumo destas cerâmicas importadas para *Olisipo* e para o estuário do Tejo (Viegas e Grilo 2021, com referências).

Num exercício de comparação mais detalhado, focado na *terra sigillata* itálica destas duas cidades, verifica-se que a presença de formas Consp. 1, de *sigillata* itálica de verniz negro e de marca radial em Santarém remetem para uma maior antiguidade das aquisições (Viegas 2003; 2018), face ao conhecido em Lisboa (Silva 2012). A análise das formas pertencentes aos serviços I e II de Haltern identificadas nas duas cidades permite reforçar esta ideia. Quando comparado directamente o peso percentual dos dois serviços, sobressai o peso relativo do serviço I em Santarém, remetendo para um perfil de abastecimento em momento ligeiramente anterior ao de *Olisipo*. A informação das marcas de oleiro mostra uma presença equivalente e dominante de Arezzo, correspondendo a quase 40% em ambos conjuntos. Como factores de diferenciação observa-se uma menor quantidade em Santarém da *sigillata* de Pisa e Pozzuoli que parece contrabalançada com as importações centro itálicas.

Apenas nalguns casos dispomos de informação sistematizada relativa às etapas mais tardias do seu consumo em *Olisipo*, por exemplo no Banco de Portugal, (Rocha *et alii* 2013; Santos 2015) ou no NARC-Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios (Bugalhão 2001) onde são expressivas as importações norte africanas e orientais (Grilo *et alii* 2013). Noutros locais da cidade como nas Escadinhas de S. Crispim, são sobretudo estas etapas tardias as mais valorizadas (Quaresma 2020).

Relativamente ao consumo dos produtos transportados em ânforas, embora seja menor o número de conjuntos estudados de Lisboa para os sécs. III-VI, constata-se que se alteraram de forma significativa as áreas de abastecimento e sua importância (Filipe *et alii* 2021). Nos sécs. III-IV regista-se um incremento de ânforas piscícolas béticas (Keay 16, 22, 23 e Beltrán 72) e norte-africanas (Africana IIC), mas o domínio pertence às locais/regionais (Almagro 50 e 51C). O azeite continua bem representado nos sécs. IV-V pelas ânforas béticas (Dressel 23), com a possibilidade de vários tipos norte-africanos terem transportado também este produto. Quanto ao vinho, é menor a sua importação, patente nas últimas ânforas gaulesas (Gauloise 4), nas do Mediterrâneo Oriental (Kapitän 2) e Central (Agora M254), dominando as regionais (Lusitana 9).

Embora o volume de dados para os sécs. V-VI seja menos consistente, alguns contextos dos Armazéns Sommer (Pimenta e Fabião no prelo), da Sé (Gaspar e Gomes 2015), do Palácio dos Condes de Penafiel (Silva e De Man 2015), das Escadinhas de São Crispim

(Quaresma 2020) ou do NARC (Grilo *et alii* 2013), permitem vislumbrar uma dinâmica comercial algo diferente. A Bética parece manter exportação de azeite (Dressel 23), mas tem uma quebra notória no comércio piscícola (escassas Keay 19 e La Orden), tal como o Norte de África (Keay 35B). O destaque é devido ao comércio do vinho do Mediterrâneo Oriental (LRA1, 2, 3, 4 e 8, as duas primeiras mais bem representadas (Filipe *et alii* 2021: 1123-126, com bibliografia anterior).

Progredindo para montante no rio, uma vez mais sem poder ser exaustivos, são muitos os locais com ocupação romana no curso do Baixo e Médio Tejo, tanto nas áreas banhadas ou próximas às suas margens, como nas dos seus afluentes. Praticamente todos os cursos fluviais menores terão tido condições de navegabilidade e formado como que um emaranhado de subsistemas, que de uma forma muito desigual terão desempenhado um papel relevante na distribuição de produtos para o interior do território, completando o quadro do trânsito e do consumo de produtos rio acima.

Particularmente importante é o *ager olisiponensis*, onde se fixaram muitos núcleos populacionais organizados em *vici* ou dispersos por casais e *villae*, na região do actual concelho de Loures, que beneficiou da proximidade do Tejo a nascente e da ampla bacia fluvial do rio Trancão e da Ribeira de Sacavém. Nesta região, que se estendia em direção poente para um interior extremamente fértil do ponto de vista agrícola, assinala-se ainda a passagem de importantes vias terrestres romanas (Mantas 1998: 18-26).

É neste meio que encontramos importantes *villae* como Frielas e Almoinhas, ou estabelecimentos menores como a Quinta do Belo, Malhapão, Casas Velhas, Santo António dos Cavaleiros, ou Quinta do Morgado, já no lado norte da Ribeira do rio Trancão, entre muitos outros, a maioria apenas noticiada nas décadas de 70 e seguintes do século passado, na sequência do crescimento urbano massivo na área metropolitana de Lisboa. Destacam-se as *villae* de Frielas e Almoinhas, que ofereceram conjuntos cerâmicos da Antiguidade Tardia, muito significativos relativamente ao comércio de cerâmicas finas (Quaresma 2017; 2018) e ânforas (Lopes 2022).

Mais “acima” no curso do Tejo, ainda na margem direita, entre o rio Trancão e as ribeiras de Cachoeiras, de Alenquer e de Ota, é intensa a mancha de ocupação, especialmente na área do actual concelho de Vila Franca de Xira (Pimenta e Mendes 2016). Destaca-se o sítio de Monte dos Castelinhos, que terá desempenhado um papel relevante do ponto de vista militar na conquista desta região, adquirindo posteriormente características compatíveis com as de um núcleo urbano que poderá corresponder à antiga *Ierabriga* (Pimenta e Mendes 2016; Pimenta 2022). Apesar da maior parte dos

materiais recuperados corresponderem às etapas republicana e aos inícios do Principado, achados de superfície de *sigillata* africana D e foceense tardia remetem para uma eventual ocupação também da Antiguidade Tardia (Pimenta e Mendes 2018).

No seu raio de influência, seguindo os cursos fluviais menores que vêm desaguar no Tejo, são inúmeros os sítios consumidores conhecidos. É o caso da própria Vila Franca de Xira, das *villae* de Povos e da Quinta da Marquesa (Pimenta e Mendes 2016), Subserra de Castanheira do Ribatejo (Batalha *et alii* 2009) ou Quinta de Meca (Pimenta *et alii* 2019), para referir apenas algumas das que apresentam espólios de maior volume. A *villa* de Povos constituiu-se como um importante ponto de recepção de cerâmicas finas de mesa importadas (Dias 1995-97). Além das habituais *sigillatas* do Principado (itálica, sudgálica e hispânica) e as posteriores africanas, identificou-se ainda um exemplar de *sigillata* cipriota tardia que se constitui como rara representante das importações tardias orientais na região (Dias 1995-97).

A reduzida área escavada forneceu ainda 64 fragmentos de ânforas, sendo as importações constituídas por Dressel 2-4 itálicas, Gauloise 5, Dressel 20 e 23 e ainda uma possível importação norte africana (Banha 1992: 55-64).

Por seu turno, ligeiramente mais a montante, na margem oposta, o Tejo abre passo ao rio Sorraia, uma zona de transição para o Alto Alentejo (Mantas 2001: 53). Todo o vale do Sorraia apresentava um forte potencial agrícola e representava uma via de comunicação directa, tanto pela rede de vias terrestres que corria para noroeste e sudeste ao longo da planície de inundação, como pela via fluvial –cuja área navegável deveria estender-se bastante mais ao seu interior–, que articulavam directamente com o curso final do Tejo e com as cidades de *Scallabis* e *Olisipo*. Certamente a conjugação destes factores *per se* terá constituído o elemento de atracção ao povoamento nesta região (Mantas 2001: 55; Quaresma e Calais 2005: 441).

A romanização e ordenamento deste território poderá remontar a um momento do período tardo-republicano, contemporâneo ao do vale do Tejo; no entanto, os dados fiáveis existentes remetem já para os finais do séc. I a.C., ou mesmo a primeira metade do séc. I (Quaresma e Calais 2005: 440-441). Sítios como São Pedro de Coruche, onde se recuperaram importações de *terra sigillata* e ânforas (Quaresma e Calais 2005) que podem recuar a momentos anteriores à mudança da Era, contrastam com outros como Santa Luzia, Horta dos Arcos ou Águas Belas, que parecem corresponder a modelos de ocupação do espaço de tipo *villae*, inclusive com alguma importância, com fundação em época ligeiramente mais avançada (Mantas 2001: 56, 61;

Quaresma e Calais 2005: 441). Não obstante, todos eles carecem de uma investigação mais aprofundada.

Entre *Olisipo* e *Scallabis*, novamente no vale do Tejo, outros locais foram igualmente abastecidos, mostrando a circulação de cerâmicas logo a partir de Augusto. Referimo-nos a sítios como: Alto dos Cacos, um possível sítio militar e posterior *villa* (Pimenta *et alii* 2012; Almeida e Pimenta 2018); Vale de Tijolos, que poderá ter sido uma *villa* (Silva *et alii* 2017) e de que dispomos de abundante conjunto de superfície; Porto Sabugueiro que poderá ter correspondido a uma *villa* ou mesmo um *vicus* portuário (Pimenta *et alii* 2014a, com bibliografia anterior); ou ainda a *villa* da Azeitada (Quinteira 1998). Todos estes locais testemunham a presença de cerâmicas finas de mesa (*terra sigillata* sobretudo itálica e sudgálica) e abundantes ânforas, que embora provenientes sobretudo de achados de superfície, são elucidativos das dinâmicas comerciais em que esta região participou.

Mais a norte, o curso do rio Almonda daria também acesso a regiões férteis do ponto de vista agrícola e que conheceram ocupação com diversos estabelecimentos rurais. A *villa* de Cardílio, um sítio de que se conhece sobretudo a *pars urbana* (Monteiro 1999), mas de onde se recolheram inúmeros indícios do consumo de artigos (cerâmicas de mesa importadas e ânforas), constitui apenas uma das manifestações desta realidade.

No limite setentrional da área que nos ocupa, as importações em Tomar (*Seilium*), junto ao rio Nabão, são mais uma referência a considerar no mapa da distribuição. Além da *terra sigillata* recuperada nas escavações do fórum (sobretudo itálica e sudgálica, mas também clara D), o estudo das ânforas vinárias revelou importações da Bética (Haltern 70 e Dressel 28), da Gália (Gauloise 1 e 4) e ainda do Mediterrâneo oriental (Ródias e Ágora M54) (Banha e Arsénio 1998: 169-176).

Ainda no limite setentrional, mais para nascente e a montante no vale do Tejo, na região de Abrantes, a importação de cerâmicas finas e ânforas é praticamente uma incógnita, com pouquíssimos sítios onde estes materiais estão referenciados. Tal facto não significa uma efectiva ausência dos mesmos, tão-somente uma grave lacuna na investigação local/regional que é necessário suprimir, e que, paralelamente, aponta para um potencial de futuro. A título de exemplo, em Barca de Rio de Moinhos II, onde foram noticiados vestígios de época romana talvez correspondentes a um cais, foram recolhidas ânforas (Batista 2004); na *villa* do Olival Comprido, foram encontradas “ânforas imperiais”, e “sob ela [a *villa*] acharam-se ânforas republicanas” (Batista 2006: 100); do Castelo de Cabeça das Mós, com uma ocupação da Idade do Bronze e outra de época romana, provêm fragmentos de ânforas romanas alto-imperiais” (Félix 2004: 110-111).

Pelo que se referiu, parece claro que o curso do Tejo e seus afluentes corresponderam a um eixo essencial de penetração para o interior da Lusitânia, podendo mesmo afirmar-se que o papel do rio Tejo transcende em muito esta função meramente comercial. Pela riqueza agrícola das suas margens, pela exploração de ouro que permitiu e pela configuração dos territórios que atravessa, este curso de água constituiu-se em diferentes etapas da história como ponto fulcral no domínio do território hoje português, seja em época romana republicana seja em etapas posteriores.

Já fora do curso do Tejo, uma última referência deverá fazer-se à costa ocidental atlântica e à cidade de *Eburobrittium*, que se localiza a cerca de 10 km para o interior, na margem de uma lagoa (Lagoa de Óbidos), que teria na Antiguidade contacto directo com o mar (Moreira 2002). É mais um exemplo da forma como a alteração da geomorfologia costeira produziu efeitos no povoamento. Nas proximidades, em Peniche, identificaram-se várias importações anfóricas num local que se conhece pela produção local deste tipo de contentores, e que se desenvolveu sobretudo no Principado (Cardoso *et alii* 2016). Na mesma área, na costa sul de Peniche, é conhecido um raro testemunho de naufrágio (dos Cortiçais), que constitui prova da circulação de produtos na vertente atlântica, designadamente ânforas Haltern 70 e *terra sigillata* itálica, cronologicamente enquadrado entre 15 a.C.-15 d.C. (Bombico 2017: 78-79, com bibliografia anterior). Neste contexto, não é difícil entender que o abastecimento a *Eburobrittium*, desde as etapas iniciais da sua ocupação (ainda nos finais do séc. I a.C.) até à segunda metade do séc. V, se fizesse a partir das áreas costeiras, com efeito redistribuidor para o interior do território. De referir ainda que o seu abandono poderá estar relacionado, entre diversos factores, com o assoreamento da laguna e a consequente transferência do ponto de povoamento para a actual vila de Óbidos, em época medieval.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância dos rios enquanto eixos de distribuição de produtos alimentares transportados em ânforas, assim como de produtos manufacturados como as cerâmicas finas de mesa, é uma realidade anterior à presença romana mas que teve um incremento significativo com a inserção do território no que viria a ser a província da Lusitânia. Com a criação da rede de centros urbanos, alguns deles localizados na foz dos rios ou nos fundos de estuários, desenvolveu-se uma densa rede comercial em que os eixos viários desempenharam igualmente um papel relevante na distribuição de produtos desde a fachada marítima até às regiões do interior.

Nos exemplos que trouxemos, fica claro que nos encontramos perante informação muito desigual acerca das cerâmicas comercializadas, não só devido às distintas metodologias utilizadas no seu estudo, mas igualmente porque na maior parte das vezes não se dispõe de conjuntos relevantes devidamente estudados e/ou quantificações sólidas. Por outro lado, os trabalhos arqueológicos que estão na origem destes conjuntos são igualmente distintos na sua natureza, aconselhando prudência na leitura dos dados desde o período republicano até à Antiguidade Tardia.

Apesar das limitações procurámos valorizar as conexões que ligavam o Guadiana a Mértola, passando por Castro Marim, e ainda no Algarve lançou-se um olhar sobre as realidades micro-estuarinas, além da atenção ao curso do Arade e aos produtos que aí circularam. No Sado, foi possível observar a importação e circulação de cerâmicas em Setúbal, Alcácer do Sal e Tróia, que testemunham a dinâmica do povoamento naquela região com a progressiva afirmação de Tróia no quadro regional. Já no Tejo privilegiou-se a relação entre Lisboa e Santarém, além dos dados de que se dispõe acerca dos afluentes deste rio.

Como se procurou mostrar, nos estuários do Tejo e Sado concentrou-se uma importante componente produtiva relacionada com a exploração dos preparados piscícolas para o abastecimento do mercado interno da Lusitânia e também com destino ao Mediterrâneo. Um processo similar se verificou nas costas algarvias, embora, ao que parece, em épocas mais tardias. Esta plena integração da Lusitânia na economia à escala do império torna-se possível pela capacidade aquisitiva gerada certamente pela exploração de distintos recursos naturais, muitos deles também directamente ligados aos cursos dos rios, mostrando o entrelaçar destas economias regionais em que os principais núcleos urbanos, como as capitais de *civitates*, correspondem a grandes centros redistribuidores para áreas do interior dos rios navegáveis, alcançando *villae*, casais ou ainda núcleos urbanos menores.

Procuramos aqui deixar um primeiro passo, que esperamos possa ser seguido de outros, mais consistentes, que permitam não somente um diagnóstico do que o senso comum nos transmite (a óbvia relevância das redes fluviais na circulação de produtos), mas sobretudo densificar esta observação, para conhecermos ritmos de aquisição e suas oscilações, em suma, fazer história com fragmentos cerâmicos.

## Bibliografia

- Abade, P. E. A. 2017: *A Cerâmica de Paredes Finas do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/32376>.
- Alarcão, J. 1988: *Roman Portugal*, Vol. II, Oxford.
- Almeida, R. R. de 2008: *Las Ánforas del Gualdalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Aportación al Conocimiento de Los Tipos Minoritarios*, Col.leció Instrumenta 8, Barcelona.
- Almeida, R. R. de 2016: "On the way to Augusta Emerita. Historiographical overview, old and new data on fish-product amphorae and commerce within the trade of the capital of Lusitania", in I. V. Pinto, R. R. Almeida e A. Martin (eds.): *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10, Oxford, 195-218.
- Almeida, R. R., Fabião, C. e Viegas, C. 2017: "As ânforas de tipo La Orden na Lusitânia meridional: primeira leitura, importância e significado", in J. M. Arnaud e A. Martins (eds.): *Arqueologia em Portugal / 2017. Estado da Questão*, Lisboa, 1317-1329.
- Almeida, R. R. de, e Pimenta, J. 2018: "Ânforas do acampamento / sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal)", *Onoba* 6, 3-56.
- Almeida, R.R. de, Pinto, I.V., Magalhães, A. P. e Brum, P. 2014: "Ânforas piscícolas de Tróia: contextos de consumo versus contextos de produção", in R. Morais, A. Fernández, e M. J. Sousa, (eds.): *As produções cerâmicas de imitação na Hispania* (Braga, 3 al 6 de abril de 2013), T. I, Porto, 405-423.
- Almeida, R. R. de e Viegas, C. 2020: "O sítio romano de Loulé Velho e o paleoestuário da Ribeira de Carcavai (LORIVAL): perspetivas e primeiros resultados de um projeto de investigação", *Actas do III encontro de História local de Loulé*, Loulé, 69-88.
- Almeida, R. R., Viegas, C., Beja, N. e Teixeira, N. 2014: "As Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia", in R. Morais, A. Fernandez e M. J. Sousa (eds.): *As produções cerâmica de imitação na Hispania*, II Congresso Internacional da SECAH (Braga, 3 al 6 de abril de 2013), T. II, Porto, 151-160.
- Almeida, R.R. de, Viegas, C. e Carvalho, A. 2021: "Revisitando as Ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim. Velhos e novos dados sobre a primeira publicação de ânforas da Lusitânia", in V. S. Gonçalves (ed.): *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*, Estudos & Memórias 16, Lisboa, 391-420.
- Alves, F. 1997: "Em torno dos projectos da Boca do Rio e do Océano", *Setúbal Arqueológica* 11/12, 225-239.
- Alves, F., Diogo, A. M. D. e Reiner, F. 1990: "A propósito dos fornos dan cerâmica luso-romana de S. Bartolomeu do Mar", in A. Alarcão e F. Mayet (eds.): *Ânforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio*, Coimbra, 193-198.
- Alves, F., Machado, A. e Castro, F. (2005): "Resultados preliminares da campanha de trabalhos arqueológicos Arade 2001, realizada no âmbito do projecto Arade", *Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve*, *Xelb* 5, Silves, 257-266.
- Ângelo, M. J. 2008: "Intervenção arqueológica na encosta da Marina (S. Sebastião, Lagos): testemunhos de uma renovação de espaços época romana", *Xelb* 8 (2), 79-85.
- Arteaga, O. e Barragán, D.: 2010 "Investigaciones geoarqueológicas en la Rua da Barroca (Lagos)", *Xelb* 10, 87-102.

- Arruda, A. M. 2017: "As ocupações antigas da Quinta do Lago (Almansil)", in A. Carvalho, D. Paulo e R. R. de Almeida (coord.): *Loulé. Territórios, Memórias, Identidades*. Catálogo da Exposição [Museu Nacional de Arqueologia], Lisboa, 292-300.
- Arruda, A. M., Bargão, P. e Sousa, E. 2005: "A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (1), 177-208.
- Arruda, A. M. e Fabião, C. 1990: "Ânforas da Quinta do Lago (Loulé)", in A. Alarcão e F. Mayet (eds.): *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*, Paris, 199-213.
- Arruda, A. M. e Pereira, C. 2008: "As ocupações antigas e modernas no Forte de S. Sebastião, Castro Marim", *Xelb* 8 (1), 365-395.
- Arruda, A. M. e Rodrigues, M. 2022: A ocupação romana da Lezíria (Castro Marim, Portugal), *Ophiussa* 6, 187-208.
- Arruda, A., Sousa, E., Bargão, P. e Lourenço, P. 2008: "Monte Molião (Lagos): Resultados de um projecto em curso", *Xelb* 8:1, 137-168.
- Arruda, A. M. e Viegas, C. 2002: "A Alcáçova", in A. M. Arruda, C. Viegas e M. J. Almeida (coord.): *De Scallabis a Santarém*. [Catálogo da exposição], Lisboa, 73-81.
- Arruda, A. M. e Viegas, C. 2014, "Santarém durante a época romano-republicana", *Cira Arqueologia* 3, 242-255
- Banha, C. 1992: "As ânforas da villa romana de Povos", *Cira Boletim Cultural* 5, 49-90.
- Banha, C. M. S. e Arsénio, P. A. 1998: "As ânforas romanas vinárias de Seilium (Tomar), *conuentus Scallabitanus*", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (1), 165-190.
- Batalha, L., Caninas, J. C., Cardoso, G. e Monteiro, M. 2009: *A Villa Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*- Lisboa, Vila Franca de Xira.
- Batata, C. 2006: *Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*, Trabalhos de Arqueologia 46, Lisboa.
- Batista, A. 2004: *Carta Arqueológica do Concelho de Constância*, Constância.
- Bernardes, J. P., Dias, F., Santos, M. Carrusca, S. e Mendonça, V. 2007: "Salgados – um sítio com produção de ânforas. Contributo para o estudo da ocupação romana no estuário da Ribeira de São Lourenço (Almancil – Loulé – Faro)", *Promontoria* 5.5, 227-243.
- Bernardes, J. P., Teichner, F., Hermann, F. e Soares, R. 2022: "Novos dados do sítio pesqueiro romano da Boca do Rio", in J. Jiménez, M. Bustamante e J. Heras (eds.): *X Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Zafra, 9-11 de noviembre de 2018)*, Zafra, 1408-1417.
- Bombico, S. 2017: *Economia marítima da Lusitânia romana: exportação e circulação de bens alimentares*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21051>.
- Bonifay, M. 2021: "African amphora contents: an update". in D. Bernal-Casasola, M. Bonifay, A. Pecci y V. Leitch (eds): *Roman Amphora Contents. Reflecting on the Maritime Trade of Foodstuffs in Antiquity* (In honour of Miguel Beltrán Lloris). Proceedings of the Roman Amphora Contents International Interactive Conference (RACIIC) (Cadiz, October 2015), Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 17, Oxford, 281-297.
- Bugalhão, J. 2001: *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros*, Trabalhos Arqueologia 15, Lisboa.
- Cardoso, J. P. 2013: *Ânforas romanas recuperadas em meio subaquático em Portugal* [edição digital].
- Cardoso, G., Rodrigues, S., Sepúlveda e Ribeiro, I. 2016: "Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw materials, kilns and amphora typology", in I. V. Pinto, R. R. de Almeida e A. Martin (eds.): *Lusitanian Am-phorae: Production and Distribution*, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10, Oxford, 3-18.
- Catarino, H. 1997/98: *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados*, 3 vols, *Al-Ulyã* 6, Loulé.
- Coelho-Soares, A. 1986: Achados arqueológicos na vila de Odemira, *Trabalhos de Arqueologia do Sul* 1, 87-92.
- Coelho-Soares, A. 2018: "Terra sigillata", in C. T. Silva, (coord.): *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*, Setúbal Arqueológica 17, Setúbal, 111-118.
- Coelho-Soares, A. 2021: "Chibanes. Cerâmica de paredes finas", in C. T. Silva e J. Soares, J. (coords): *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica 20, Setúbal, 121-130.
- Coelho-Soares, A. e Silva, C. T. 1979: "Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal)", *Setúbal Arqueológica* 5, 205-221.
- Conejo Delgado, N. 2021: "Uso y circulación de moneda en Castro de Chibanes (Palmela, Setúbal): siglos II – I a.C.", in C. T. Silva e J. Soares (coords.): *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica 20, Setúbal, 347-356.
- Coutinho, H. 1997: *Terra Sigillata Clara do Montinho das Laranjeiras 1990-1991*, Alcoutim.
- Delgado, M. 1992: "Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente", *Arqueologia Medieval* 1, 125-133.
- Dias, L. F. 1995-1997: "Terra Sigillata da Villa Romana de Povos (Vila Franca de Xira). Estudo Preliminar", *CIRA - Boletim Cultural* 7, 13-24.
- Dias V. 2010: *A cerâmica campaniense do Monte Molião, Lagos*. Dissertação de mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/3020>.
- Diogo, A. M. D. 1987: "Ânforas provenientes do rio Tejo (Salvaterra de Magos) no Museu do Mar", *Arqueologia* 16, 112-114.
- Diogo, A. M. D. 1987-1988: "Notícias de dois vestígios romanos no Concelho de Vila Franca de Xira", *CIRA* 3, 108-111.
- Diogo, A. M. D. e Alves, F. 1988-1989: "Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal", *O Arqueólogo Português*, Série IV - 6-7, 107-112.
- Diogo, A. M. D. 1983: "Fornos de ânforas do Monte da Enchurrasqueira e do Vale da Cepa. Notícia Preliminar", *Conimbriga* 22, 209-215.
- Diogo, A. M. D., Cardoso, J. P. e Reiner, F. 2000: "Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade", *Revista Portuguesa Arqueologia* 3:2, 81 -118.
- Diogo, A. M. D., Faria, J. C. e Ferreira, M. A. 1987: "Fornos de ânforas de Alcácer do Sal", *Conimbriga* 26, 77-111.
- Fabião, C. 1987: "Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia", *O Arqueólogo Português*, Série IV.5, 125-148.
- Fabião, C. 2003: "O Serro do Cavaco (Tavira)", in M. Maia et alii (coords.): *Tavira. Território e poder*. (Catálogo da exposição), Lisboa e Tavira, 77-81.
- Fabião, C., Nozes, C. e Cardoso, G. (coord.) 2021: *Lisboa Romana. Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*, Lisboa.
- Fabião, C. 2021a: "A produção de preparados piscícolas", in C. Fabião, C. Nozes; G e Cardoso (coords.): *Lisboa Romana. Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*, Lisboa, 25-35.

- Fabião, C. 2021b: “O vinho Olisiponense no contexto da Lusitânia”, in C. Fabião, C. Nozes e G. Cardoso (coords.): *Lisboa Romana. Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*, Lisboa, 73-85.
- Fabião, C., Viegas, C. e Freitas, V. 2016: “The Lusitanian Amphorae from the Roman Villa of Vale da Arrancada (Portimão, Algarve, Portugal)”, in I. V. Pinto, R. R. de Almeida y A. Martin (eds): *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10, Oxford, 257-269.
- Fabião, C., Guerra, A., Almeida, J., Almeida, R. R. d., Pimenta, J. e Filipe, V. 2016: *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*, Lisboa.
- Fabião, C. e Arruda, A. M. (1990), “Ânforas de S. João da Venda (Faro)”, in A. Alarcão; F. Mayet (eds): *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*, Coimbra e Paris, 215-224.
- Faria, A. M. 1992: “Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal”, *Vipasca* 1, 39-48.
- Faria, J. C. L. e Ferreira, M. A. 1986: “Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal - Breve notícia”, *Conimbriga* 25, 41-51.
- Feio, J. 2015a “As marcas da cristianização em torno do rio Sado e dos seus afluentes: Monte do Roxo, Alvalade do Sado”, *Atlas do Sudoeste Alentejano* (online), <https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/269>, (consultado a 27 de Março de 2023).
- Feio, J. 2015b: “Alguns aspectos da romanização na freguesia de Alvalade”, *Atlas do Sudoeste Alentejano* (online), <https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/268> (consultado a 27 de Março de 2023).
- Fernandes, E. 2013: “A desagregação do comércio Mediterrânico no baixo Guadiana tardo-antigo: análise da terra sigillata africana e foceense tardia”, in J. M. Arnaud, A. Martins e C. Neves (eds.): *Arqueologia em Portugal - 150 anos*, Lisboa, 873-880.
- Fernandes, E. 2018: “Fifth and sixth century African Red Slip and Late Roman C wares from Ossonoba (Faro, Algarve, Portugal): the assemblage from Horta da Misericórdia”, *Journal of Roman Pottery Studies* 17, 92-109.
- Fernandes, I. C. e Carvalho, A. R. 1996: “Trabalhos Arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) - Primeiros resultados”, *Actas das Primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa, 73-106.
- Ferreira, J. R. 1985: *Ora Marítima. Avieno*, Coimbra.
- Ferreira, M. A. 2015: Estação Arqueológica da Fonte Santa, *Atlas do Sudoeste Português*, CIMAL, <https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/85> (consultado 27-3-2022).
- Ferreira, M. A. e Faria, J. C. L. 1991: “Estação Romana do Cerrado do Castelo (Escola Primária – Grândola)”, *Conimbriga* 30, 95-104.
- Ferreira, M. A., Faria, J. C. L. e Diogo, A. M. D. 2000: “Ânforas de *Villae* do Noroeste Alentejano: Cerrado do Castelo (Grândola) e Santa Catarina de Sítimos (Alcácer do Sal)”, *Vipasca* 9, 53-58.
- Filipe, V., Pimenta, J. e Almeida, R. 2021: “Importação de alimentos”, in C. Fabião, C. Nozes e G. Cardoso (coords.): *Lisboa Romana. Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*, Lisboa, 113-125.
- Filipe, V. 2023: *Olisipo (Lisboa), o grande porto da fachada atlântica. Economia e Comércio*, Estudos & Memórias 20, Lisboa.
- Félix, P. 2004: “Un primer acercamiento al estudio del Bronce Final y Hierro Antiguo en el Ribatejo Norte (Centro de Portugal)”, *@rqueologia y Território* 1, 101-118.
- Fonseca, C. 2015: *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade B*. Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, disponível. <https://run.unl.pt/handle/10362/18481>.
- Fonseca, C., Bettencourt, J., Almeida, R. R. de, Freitas, V. T. e Silva, R. B. (no prelo): “Ânforas béticas de um sítio de fundeadouro e de naufrágio: o caso de Arade B (Algarve, sul de Portugal)”, in D. Bernal, E. García, H. González e S. Mauné (coords.): *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae II. Veinte años después* (Sevilla, 17 al 20 de Diciembre de 2018).
- Freitas, M. C. e Andrade, C. 2008: “O estuário do Sado”, in J. Soares (coord.): *Embarcações Tradicionais. Contexto físico-cultural do estuário do Sado*, Setúbal, 21-30.
- Freitas, V. T. e Almeida, R. R. de (no prelo): “Montemar (Praia da Rocha, Portimão), uma villa romana entre o mar e o rio Arade”, *X Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, Novembro 2022)*.
- Gamito, T. J. 1997: “Ipsos (Vila Velha, Alvor)”, in M. F. Barata (ed.): *90 Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, 257-263.
- Garcia, J. C. 1996: *A navegação no Baixo Guadiana durante o ciclo do minério (1857-1917)*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/10849>
- Gaspar, A. e Gomes A. 2015: “Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa – Portugal”, in M.<sup>a</sup> J. Gonçalves e S. Gómez (eds.): *X Congresso Internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo (Silves e Mértola, Outubro de 2012)*, Silves/Mértola, 851-860.
- Gomes, F. B. e Alves, C. 2017: “The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal). The Roman Republican material”, *SPAL* 26, 87-111.
- Gomes, M. V. 1993: “O estabelecimento Fenício-Púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)”, *Estudos Orientais* IV, 73-107.
- Gomes M. V., Gomes R. e Beirão C. 1986: “O Cerro da Rocha Branca (Silves). Resultados preliminares de três campanhas de escavação”, *IV Congresso do Algarve (Montechoro, 1986)*, Silves, 77 - 83.
- Gomes M. V. e Cardoso J. L. e Alves F. (1995): *Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Lagoa*, Lagoa.
- Gradim, A., Grabherr, G., Kainrath, B. e Teichner, F. 2014: “O Castelinho dos Mouros (Alcoutim): um edifício republicano do Baixo Guadiana, no período de fundação da Lusitânia romana”, in R. Mataloto, V. Mayoral e C. Roque (eds.): *La Gestación de los Paisajes Rurales entre la Protohistoria y el período Romano. Formas de Asentamiento y procesos de implantación*. Mérida, Anejos de AESPA LXX, Mérida, 45-65.
- Grilo, C., Fabião, C. e Bugalhão, J. 2013: “Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), Lisboa”, in J. M. Arnaud, A. Martins e C. Neves (coords): *Arqueologia em Portugal: 150 anos. I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, Novembro 2013)*, Lisboa, 849-857.
- Guerra, A. 2004: “*Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7 (2), 217-235.ç
- Inácio, I. 2009/2010: “Vale de Condes, Alcoutim: um sítio tardo-antigo da Diocese de Ossonoba”, *Promontoria* 7/8, 99-133.
- Lopes, M. A. 2022: *As ânforas do sítio romano de Almoínhas (Loures, Portugal): análise tipológica, crono-estratigráfica e económica (sécs. II-VI d.C.)*. Tese de mestrado apresentada à FCSH-Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/138057>
- Lopes, V. (coord.) 2012: *Casa romana: Museu de Mértola*, Mértola.

- Lopes, V. 1993: "Materiais Arqueológicos", in C. Torres e S. Macias (coords.): *Museu de Mértola Basílica Paleocristã*, Mértola, 66-100.
- Lopes, V. 2003: *Mértola na Antiguidade Tardia*, Mértola.
- Lopes, V. 2014: *Mértola e o seu território na antiguidade tardia (séculos IV-VIII)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Huelva. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10272/8053>
- Luís, L. 2003: "Ânforas republicanas de Mata-Filhos", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 6, 363-382.
- Luzia, I. 2004: "O sítio arqueológico de Loulé Velho", *Al-Ulyã* 10, 43-131.
- Magalhães, A. P. 2021: *Troia. A terra sigillata da Oficina 1. Escavações de 1956-1961 e 2008 e 2009*, Suplemento 10 de O Arqueólogo Português, Lisboa.
- Magalhães, A. P., Pinto, I. V. e Brum, P. 2014: "The significance of African cooking ware in Lusitania: the case of Tróia (Portugal)", *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43 (Catania, Setembro de 2012), Bonn, 701-708.
- Magalhães, A. P., Pinto, I. V. e Brum, P. 2020: "Late Roman imported pottery in the southwest of Lusitania: the case of Tróia (Portugal)", in M. Duggan, S. Turner e M. Jackson (eds): *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard* (Newcastle, March 2014), Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 15, Oxford, 135-150.
- Magalhães, A. P., Pinto, I. V. e Brum, P. 2021: "Preliminary results on the Gaulish terra sigillata from the fish-salting production centre at Troia", in C. Viegas e M. Bustamante (eds.): *South Gaulish sigillata in Southwest Hispania: circulation and consumption*, Lisboa, 117-129.
- Maia, M. 1979: "As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim", *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa* 1, 141-151.
- Mantas, V. 1990: "As cidades marítimas da Lusitânia", in *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires*. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique. (Talence 1988). Paris, (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42), 149-205.
- Mantas, V. 1998: "Vias romanas do Concelho de Loures", *Da vida e da morte – os romanos em Loures* [Catálogo da exposição], Loures, 17-28.
- Mantas, V. 2001: "Os Romanos na região de Coruche", C. Calais (ed.): *O homem e o trabalho. A magia da mão* [Catálogo da exposição], Coruche, 53-70.
- Mantas, V. 2004: "Vias e Portos na Lusitânia Romana", in J.-G. Gorges, E. Cerrillo e T. Nogales (eds.): *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones* (Cáceres, 7, noviembre de 2002), Madrid, 427-453.
- Mayet, F. e Silva, C. T. 2016: "Roman amphora production in the Lower Sado Region", in I. V. Pinto, R. R. Almeida e A. Martin (eds.): *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10, Oxford, 59-71.
- Mayet, F. e Silva, C. T. 1998: *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*, Paris.
- Mayet, F. e Silva, C. T. 2002: *L'atelier d'amphores d' Abul (Portugal)*, Paris.
- Monteiro, A. N. 1999: "A villa Cardílio", *Nova Augusta* 11, 99-107.
- Moreira, J. B. 2002: *A Cidade Romana de Ebrobrittium – Obidos*, Porto.
- Nunes, T. 2010: *Sondagens arqueológicas no sítio de Monte Augusto 1 (Palmares, Lagos). Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Disponível no Arquivo de Arqueologia da DGPC. Lisboa.
- Palma, M. de F. 2009: *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal): contributos para a história local*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Huelva. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/2163>.
- Paul, K. C. M. 2022: *Die römischen Lampen aus Tróia (Lusitanien)*. Tese de mestrado apresentada à Universidade de Marburgo: Philipps-Universität Marburg.
- Pereira, C. e Arruda, A. M. 2015: "O sítio arqueológico do Enterreiro, Castro Marim", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18, 181-194.
- Pereira, C. e Arruda, A. M. 2016: "As Lucernas Romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal) Roman Lamps from Monte Molião, (Lagos, Portugal)", *SPAL* 25, 149-181.
- Pimenta, J. 2005: *As Ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Trabalhos de Arqueologia 41, Lisboa.
- Pimenta, J. 2021: "As ânforas de Chibanes", in C. T. Silva e J. Soares (coords.): *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica 20, 229-280.
- Pimenta, J. 2022: *Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo*. Dissertação de Doutoramento apresentado à Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/54143>
- Pimenta, J. e Arruda, A. 2014: "Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompe – Santarém", *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21, 375-392.
- Pimenta, J., Henriques, E. e Mendes, H. 2012: *O Acampamento romano de Alto dos Cacos, Almeirim..*
- Pimenta, J. e Mendes, H. 2016: *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira.
- Pimenta, J., Mendes, H., Conde, I. e Ferreira, N. 2019: "As dinâmicas de povoamento romano em torno de Monte dos Castelinhos: I - O sítio de Quinta de Meca", *Cira Arqueologia* 7, 60-93.
- Pimenta, J., Mendes, H. e Correia, M. 2017: "Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados", *Cira Arqueologia* 5, 207-236.
- Pimenta, J. e Mendes, H. 2018: "Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017", *Cira* 16, 127-178.
- Pimenta, J., Mendes, H., Arruda, A. M., Sousa, E. e Soares, R. 2014: "Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos)". *Magos - Revista Cultural* 1, 39-57.
- Pimenta, J., Gaspar, A., Gomes, A., Mota, N. e Miranda, P. 2014: O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n. 16-20). Lisboa, *Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, Cira Arqueologia 3, 122-148.
- Pimenta, J., Sepúlveda, E. e Ferreira, M. 2015: "Acerca da dinâmica económica do porto de *Urbs Imperatoria Salacia*: o estudo das ânforas", *Cira Arqueologia* 4, 151-170.
- Pimenta, J.; Fabião, C. (no prelo): "Ânforas orientais em Olysiopona (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pósromana".
- Pinto, I. V., Magalhães, A. P. e Brum, P. 2011: "O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos *Cornélii Bocchi*", in J. L. Cardoso e M. Almagro-Gorbea (eds.): *Lucius Cornélius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*, Colóquio Internacional de Tróia (Troia, Outubro de 2010), Lisboa-Madrid, 133-167.
- Pinto, I. V., Magalhães, A. P. e Brum, P. 2014: "An overview of the fish-salting production centre at Tróia (Portugal)", in E. Botte e V. Leitch (eds.): *Fish & Ships. Production et commerce des salsamenta durant l'Antiquité*, Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine 17, Aix-en-Provence, 145-157.

- Pinto, M. e Brazuna, S. 2008: “Estação arqueológica de Vila Fria (Silves). Resultados dos trabalhos de diagnóstico”, III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Aljustrel, Outubro de 2006), *Vípasca – Arqueologia e História*, 2, 325-328.
- Quaresma, J. C. 2005: “Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (2), 403-428.
- Quaresma, J. C. e Calais, C. 2005: “S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do Vale do Sorraia na época augustana e júlio-claudiana”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8 (2), 429-447.
- Quaresma, J. C. 2017: A villa de Frielas na Antiguidade Tardia: evolução estratigráfica entre c. 410 e 525-550 d.C., in M. A. Billota, C. Tente e S. Prata (eds.): *O estudo dos manuscritos iluminados e dos artefactos na Arqueologia da Idade Média: metodologias em comparação / Lo studio dei manoscritti e lo studio dei manufatti in archeologia medievale: metodologie a confronto*, Lisboa, 425-448.
- Quaresma, J. C. 2018: “Transição estratigráfica em Almóinhas (Loures, Portugal): evolução das importações finas na Lusitania entre c.100 e c.320 d.C.”, *Cira Arqueologia* 6, 199-230.
- Quaresma, J. C. 2020: “Late contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal): Escadinhas de São Crispim”, in M. Duggan, S. Turner e M. Jackson (eds.): *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard*, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 15, Oxford, 108-134.
- Quinteira, A. J. F. 1998: “Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim)”, *Conimbriga* 37, 151-183.
- Raposo, J. 2017: “As Olarias Romanas do Estuário do Tejo. Porto dos Cacos (Alcochete) e Quinta do Rouxinol (Seixal)”, in C. Fábão, J. Raposo, A. Guerra e F. Silva (eds.): *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental / Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop*, Lisboa, 113-138.
- Ribeiro, O. 1977: *Introduções geográficas à história de Portugal. Estudo crítico*, Lisboa.
- Rocha, A., Reprezas, J., Miguez, J., Inocêncio, J. 2013: “Edifício sede do banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos” *Arqueologia em Portugal: 150 anos. I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, Novembro 2013)*, Lisboa, 1011-1018.
- Santos, A. B. 2015: *A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/24534>.
- Santos, F. A. 2019: “Estudos sobre a cerâmica comum da oficina de salga 1 de Tróia (Portugal): contextos da primeira metade do século V”, *Ophiussa* 3, 111-131.
- Sepúlveda, E., Santos, P. A., Faria, J. C. e Ferreira, M. 2007: “Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 5: almofarizes de produção bética, pesos e cossiros”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10 (2), 255-284.
- Sepúlveda, E. e Bolila, C. 2018: “Cerâmica de paredes finas e lucernas”, in C. T. Silva (coord.): *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica* 17, 119-142.
- Sepúlveda, E., Bolila, C. e Ferreira, M. 2018: “Cerâmicas de paredes finas de *Salacia Imperatoria Urbs*: recolhas de prospeção arqueológica”, *Musa* 5, 39-50.
- Sepúlveda, E., Sousa, É. M., Faria, J. C. e Ferreira, M. 2003: “Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 6 (2), 83-399.
- Serra, M. e Porfírio, E. 2006: “Encosta da Marina: uma villa romana na Meia Praia (Lagos)”, *Xelb* 6, 69-74.
- Silva, C. T. 2018: “Ânforas romanas”, in C. T. Silva, (coord.): *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica* 17, 161-174.
- Silva, C. T. e Coelho-Soares, A. 1980-81: “A Praça do Bocage (Setúbal) na época romana”, *Setúbal Arqueológica* 6-7, 249-284.
- Silva, C. T. e Coelho-Soares, A. 2014: “Preexistências de Setúbal. A ocupação da época romana da Travessa de João Galo, nºs. 4-4B”, *Setúbal Arqueológica* 15, 305-338.
- Silva, C. T. e Coelho-Soares, A. 2016: “Creiro (Arrábida): um estabelecimento de produção de preparados de peixe de Época Romana”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 19, 211-234.
- Silva, C. T., Coelho-Soares, A. e Duarte, S. 2018: “Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34”, *Musa* 5, 17-38.
- Silva C. T., Coelho-Soares A. e Soares J. 1987: “Nota sobre material anfórico da foz do rio Arade (Portimão)”, *Setúbal Arqueológica* 8, 203- 220.
- Silva, C. e Soares, J. 1986: *Arqueologia da Arrábida*, Lisboa
- Silva, C. T. e Soares, J. 2021: *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica 20. Setúbal.
- Silva, C. T., Soares, J., Beirão, C. M., Dias, L. F. e Coelho-Soares, A. 1980-81: “Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979)”, *Setúbal Arqueológica* 6-7, 149-218.
- Silva, C. T., Soares, J., Duarte, S. e Covas, A. P. (coords.) 2015: “Inventário do Património Arqueológico de Alcácer do Sal”, in *Atlas do Sudoeste Português. CIMAL/MAEDS*, <https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/73> (acedido em 2 Março 2023).
- Silva, R. B. da 2012: *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa* (Dissertação de Doutoramento à FCSH da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/9472>
- Silva, R. B. da e De Man, A. 2015: Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon, in M. J. Gonçalves e S. Gómez (eds.): *Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean (Silves-Mértola, October 2012)*, Silves: 455-460.
- Silva, R. B. da, Pimenta, J. e Mendes, H. 2017: As «marcas de oleiro» na terra sigillata de Vale de Tijolos (Almeirim) e as dinâmicas comerciais no *ager scallabitanus* durante o principado, in J. M. Arnaud e A. Martins (coords): *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*, Lisboa, 1205-1217.
- Soares, J. e Silva, C. T. 1973: “Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal)”, *Actas das II Jornadas Arqueológicas* 1, 6-42.
- Soria, V. 2018: *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/35096>
- Soria, V. 2021: “Caracterização morfo-estratigráfica das cerâmicas de verniz negro itálico e imitações de Chibanes”, in C. T. Silva e J. Soares (coords.): *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica 20. Setúbal, 113-120.
- Sousa, E. de 2021a: “A cerâmica de tipo Kuass”, in C. T. Silva e J. Soares (coords): *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica 20, Setúbal, 109-112.

- Sousa, E. de 2021b: "As taças helenísticas com decoração a molde", in C. T. Silva e J. Soares (coords.): *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica 20, Setúbal, 105-108.
- Teichner, F. 2008: *Entre tierra y mar - Zwischen Land und Meer. Arquitectura economía en el sur de la Lusitania romana - Architektur und Wirtschaftweise im Süden der römischen Provinz Lusitanien*, Studia Lusitania 3, Mérida.
- Teichner, F., Schneider, H., Höfer, D., Mäusbacher, R. e Daut, G. 2014: "Investigações geo-arqueológicas sobre a configuração do litoral algarvio durante o Holoceno. Resultados preliminares", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 17, 141-158.
- Teichner, F., Morán, E., Gonçalves, A. e Romão, C. 2010: "A villa romana de S. Pedro do Pulgão-resultados preliminares", *Xelb* 10, 253-266.
- Viegas, C. 2003: *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*, Trabalhos de Arqueologia 26, Lisboa.
- Viegas, C. 2011: *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*, Estudos e Memórias 3, Lisboa.
- Viegas, C. 2014: "Terra sigillata imports in *Salacia* (Alcácer do Sal, Portugal)", *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 44, 755-764.
- Viegas, C. 2016: "O sítio romano da Comenda: novos dados sobre a campanha de 1977", in A. C. Sousa, A. Carvalho e C. Viegas (eds.): *Terra e água. Escolher sementes, invocar a deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*, Estudos e Memórias 9, 439-465.
- Viegas, C. 2018: "Breves apontamentos sobre o período romano imperial e a antiguidade tardia de Santarém", in A. Matias (coord.): *Santarém. Carta Arqueológica Municipal*, Santarém, 124-131.
- Viegas, C. 2019: "A terra sigillata de uma villa algarvia: o caso do Vale da Arrancada (Portimão)", in J. Coll Conesa (coord.): *Opera Fictiles. Estudios transversales sobre cerámicas antiguas de la Península Ibérica*, IV Congreso Internacional de la SECAH (Valencia, 26 al 28 de abril de 2017), T. II, Valencia, 293-312.
- Viegas, C. e Grilo, C. 2021: "Produção local e de grande circulação. Objetos e estética", in C. Fabião, C. Nozes e G. Cardoso (coords.): *Lisboa Romana. Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*, Lisboa, 95-111.
- Viegas, C., Bernardes, J. P. e Almeida, R. R. de 2022: "Ossonoba", in T. Nogales Basarrate (ed.): *Ciudades Romanas de Hispania II. Cities of Roman Hispania II*, Hispania Antigua - Serie Arqueológica 14, Roma, Bristol, 431-442.
- Viegas, C. e Almeida, R. R. de (no prelo): "Importação e produção local/regional de *dolia* na faixa costeira da Lusitânia meridional: o caso de Loulé Velho", *Congreso Internacional Dolia Ex Hispania. Los dolia en las provincias de Hispania en época romana. Estado de la cuestión y perspectivas* (Tarragona, 7-9 de septiembre de 2022), Tarragona.
- Vilhena, J. 2012: "Milfontes, uma história feita em cacos ("maravilhas de Portugal")", *FO Magazine* 7, 26-29.
- Vilhena, J. s/d: "Arqueologia de período romano no concelho de Odemira", *Atlas do Sudoeste Português*. CIMAL. <https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/344>
- Vilhena, J. e Rodrigues, J. 2009: "O 'grande fosso': a escavação arqueológica no Cineteatro Camacho Costa e o Cerro do Castelo de Odemira na Idade do Ferro Tardia", *Actas do 1.º Encontro de História do Alentejo Litoral (Sines, Outubro de 2008)*, Sines, 204-214.